

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ISEC - INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS CONTÁBEIS

CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE "ABORDAGENS
TEÓRICAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM FUN
ÇÃO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE ENTIDADES"



Mestrando: CARLOS JOSÉ DE ORNELAS

Professor Orientador: AMERICO MATHEUS FLORENTINO

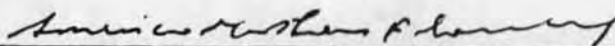
Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1990

ABORDAGENS TEÓRICAS DO PATRI
MÔNIO LÍQUIDO EM FUNÇÃO DAS
DIVERSAS ESPÉCIES DE ENTIDADES

CARLOS JOSÉ DE ORNELAS

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DO
CENTE DO INSTITUTO SUPERIOR DE ES
TUDOS CONTÁBEIS - ISEC - DA FUNDA
ÇÃO GETÚLIO VARGAS COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OB
TENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊN
CIAS CONTÁBEIS (M.Sc.)

APROVADA POR:



PROF. DR. AMÉRICO MATHEUS FLORENTINO
(PRESIDENTE, ORIENTADOR)



PROFA. DRA. ESTHER MARIA DE MAGALHAES ARANTES




PROF. DR. JULIO SERGIO DE SOUZA CARDOZO

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

DE 1990

Ornelas, Carlos José de
Abordagens teóricas do patrimônio líquido em função das diversas espécies de entidades / Carlos José de Ornelas. - Rio de Janeiro : /s.n./, 1990.
121f.

Dissertação (mestrado) - Instituto Superior de Estudos Contábeis, Curso de Mestrado em Ciências Contábeis.
Bibliografia: f.120-121.

1. Contabilidade. 2. Balanço (Contabilidade). I. Instituto Superior de Estudos Contábeis. Curso de Mestrado em Ciências Contábeis. II. Título.

CDD - 657

INDICE

I	- INTRODUÇÃO	001
I.1	- Objetivos do Estudo	003
I.2	- Organização do Estudo	003
II	- AS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO .	005
II.1	- Teoria do Proprietário	005
II.2	- Teoria da Entidade	007
II.3	- Teoria do Fundo	009
II.4	- Teoria do Acionista Ordinário e Preferencial	012
II.5	- Teoria do Comando Gerencial	014
II.6	- Teoria do Empreendimento	015
III	- CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	017
III.1	- Balanço Patrimonial: Ativo, Passivo Exigível e Pa trimônio Líquido	018
III.1.1	- Ativo	019
III.1.2	- Passivo	024
III.1.3	- Patrimônio Líquido	028
III.2	- Demonstrações do Resultado do Exercício: Receitas, Despesas, Ganhos e Perdas	031
III.2.1	- Receitas	037
III.2.2	- Despesas	041
III.2.3	- Ganhos e Perdas	045
III.3	- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ...	050
III.4	- Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos ...	056
III.5	- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	060
IV	- EVIDENCIAÇÃO - O PRINCIPAL OBJETIVO DA CONTABILIDADE	068
IV.1	- Identificação e Características Essenciais Informação Contábil	070
IV.2	- Conteúdo e Época da Evidenciação	071
IV.3	- Usuários da Informação	072
IV.4	- Formas de Evidenciação	074

V	- A PESQUISA DAS ABORDAGENS TEÓRICAS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM FUNÇÃO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE ENTIDADES.	076
V.1	- Delimitações de Pesquisa	077
V.2	- Características e Qualidades do Questionário	080
V.3	- Apresentação do Resultado	083
V.3.1	- Resultado da Pesquisa em Função do Tipo Jurídico da Entidade	083
V.3.2	- Resultado da Pesquisa em Função dos Itens Arguidos.	104
VI	- CONCLUSÃO	113
VII	- RECOMENDAÇÕES	115
VIII	- BIBLIOGRAFIA	119
IX	- ANEXOS	122
01	- Estudo sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade	
02	- Questionário Aplicado na Pesquisa	

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

I. INTRODUÇÃO

A contabilidade vem obtendo significativo progresso nas últimas décadas, sendo que no Brasil esse progresso ocorreu, basicamente, a partir da década de 70.

O estabelecimento de políticas contábeis, visando determinar a quantidade e a qualidade de informações contábeis, mediante a aplicação de regras e procedimentos contábeis é um processo bastante complexo.

É importante frisar que todos os esforços têm em vista ao desenvolvimento da teoria e práticas contábeis e têm como objetivo último fornecer informações contábeis, quer para os usuários internos, quer para os usuários externos.

Vale também ressaltar que desde as últimas décadas do século XIX tem sido uma preocupação constante a uniformização de procedimentos, culminando com o estabelecimento de privilégios que hoje são geralmente aceitos, inclusive no Brasil.

Embora a estrutura da teoria contábil esteja assentada em princípios fundamentais, que, ordenados hierarquicamente propiciam a sua auto-sustentação, isto não significa, em hipótese nenhuma, ausência de divergências, polêmicas, ou dúvidas em relação a um ou outro aspecto da teoria contábil ou de sua aplicação.

Em relação ao Patrimônio Líquido, objeto de nossa pesquisa, a literatura aponta 6 (seis) modelos de abordagens: Teoria do Proprietário, Teoria da Entidade, Teoria do Fundo, Teoria do Acionista Ordinário e Preferencial, Teoria do Comando Gerencial e Teoria do Empreendimento.

No caso específico do Patrimônio Líquido, a existência dessas seis teorias não significa necessariamente divergência entre os autores sobre a melhor forma de abordá-lo, mas apenas que cada teoria procede diferentemente em relação ao objetivo que se tem, em função, também, do tipo de entidade em questão.

Desta forma, é absolutamente importante, para a abordagem ao Patrimônio Líquido, ter em conta os objetivos de cada uma das abordagens, bem como o tipo de entidade ou empresa para o qual se está procurando aferir o Patrimônio Líquido.

Foi com essa preocupação em mente e cientes da relevância de estudos empíricos que venham a preencher as lacunas sobre o assunto no Brasil, que elaboramos a nossa pesquisa.

I.1 - Objetivos do Estudo

Esta pesquisa teve por objetivo geral discutir as abordagens teóricas do Patrimônio Líquido em função das diversas espécies de entidades ou empresas.

Como objetivos específicos, procuramos responder às seguintes questões:

- 1ª - que abordagem teórica do Patrimônio Líquido é mais comumente aplicada nas diversas entidades no Brasil ?
- 2ª - qual o nível de conhecimento, por parte dos profissionais de contabilidade das empresas integrantes da pesquisa, a respeito das diversas formas de abordagens teóricas do Patrimônio Líquido ?
- 3ª - qual a utilidade das abordagens teóricas ao Patrimônio Líquido na vida das sociedades, ou das firmas individuais e/ou nas subsidiárias integrais ?

Ainda, é oportuno dizer que estudou-se o fluxo de informações contábeis associado aos diversos tipos de entidades e as diferentes espécies de abordagens teóricas ao Patrimônio Líquido. Citado fluxo foi investigado tanto do lado dos usuários que solicitam as informações, quanto dos profissionais de contabilidade que produzem as informações contábeis.

I.2 - Organização do Estudo

A presente Dissertação de Mestrado encontra-se organizada da seguinte forma:

- no capítulo I o assunto foi introduzido, discutindo-se os objetivos, a relevância e a organização;
- no capítulo II procedeu-se a revisão de literatura, abordando-se as teorias do Patrimônio Líquido;
- procedeu-se à revisão de literatura nos capítulos III e IV, pertinente aos títulos dos Conteúdos das Demonstrações Contábeis e da Evidenciação Contábil, por entender que são temas absolutamente im

portantes para o entendimento mais aprofundado do Patrimônio Líquido;

- o capítulo V aborda a pesquisa empírica propriamente dita e nos Capítulos VI e VII, apresenta-se algumas Conclusões e Recomendações;
- como complementação do trabalho, julgamos oportuno incluir, em anexo, - ANEXO - 01 - um estudo sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. Embora este estudo não faça parte da discussão específica do Patrimônio Líquido - por isso figura em anexo - acreditamos ser importante como subsídio ao entendimento da questão;
- também em anexo - ANEXO - 02 - encontra-se o questionário utilizado na presente pesquisa.

CAPÍTULO II

AS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

II - AS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A fim de se obter um entendimento razoável quanto aos participantes dos capitais sociais das instituições e à sua natureza, faz-se necessário proceder a um estudo sobre as fundamentações calcadas nas diversas abordagens teóricas do Patrimônio Líquido.

As espécies de abordagens teóricas do Patrimônio Líquido enfocadas são as seguintes:

II.1 - TEORIA DO PROPRIETÁRIO

Esta teoria é a mais antiga abordagem do Patrimônio Líquido. Todos os "conceitos contábeis", procedimentos e regras são formulados com o interesse exclusivo de satisfazer o proprietário. Estes conceitos são aplicáveis, também, para grandes empresas, as quais se constituem veículos através do qual acionistas e proprietários procuram atingir seus propósitos, que é o crescimento de suas riquezas.

A equação contábil que denota a essência de abordagem teórica do proprietário é a seguinte:

$$\text{ATIVO} - \text{PASSIVO EXIGÍVEL} = \text{PROPRIETÁRIO}$$

Os ativos pertencem aos proprietários e os passivos são as obrigações do proprietário. À luz dessa afirmativa, podemos ver que o objetivo da contabilidade é determinar a riqueza líquida do proprietário de uma entidade. As contas de resultado funcionam como fatores diferenciais, as receitas conduzem a acréscimos e as despesas levam ao decréscimo, e o lucro líquido resultante é adicionado, se existir, diretamente ao proprietário. Os dividendos distribuídos constituem-se em retiradas de capital e os lucros acumulados integram-se à parte dos proprietários.

É importante dizer que, sob o enfoque dessa teoria, constata-se a ocorrência da figura jurídica da bitributação, uma vez que a empresa (proprietário) paga imposto sobre o resultado, assim como os acionistas (proprietários) quando recebem dividendos.

Cabe, ainda, lembrar que, na consolidação das demonstrações contábeis, o método utilizado é baseado na teoria do proprietário. A "Controladora" é vista como proprietária da "Controlada".

II.2 - TEORIA DA ENTIDADE

Sob esta ótica, é necessário esclarecer que a entidade tem vida distinta das atividades e dos interesses pessoais dos proprietários. A entidade tem personalidade própria.

A teoria da entidade foi formulada em resposta às falhas da visão da teoria do proprietário em relação às grandes empresas. Esta teoria faz uma clara distinção entre as atividades da entidade e dos interesses pessoais dos proprietários de parcelas de seu capital. Proprietários e credores são vistos simplesmente como financiadores, ou seja, provedores de fundos (recursos).

A teoria da entidade baseia-se na seguinte equação:

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO EXIGÍVEL} + \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

A supracitada equação é a expressão mais lógica das condições financeiras da firma. O Passivo Exigível e o Patrimônio Líquido representam direitos ou reivindicações sobre o ativo das entidades. Os credores têm uma reivindicação especificamente determinável e os acionistas têm uma reivindicação residual sobre os ativos, no caso de dissolução. Contudo, sob o ponto de vista da entidade, ambos são credores, ou seja, provedores de fundos.

A diferença principal entre Passivo (obrigações) e Patrimônio Líquido é que a avaliação dos direitos dos credores podem ser determinados independentemente das outras avaliações, se a empresa é solvente. Os direitos dos acionistas são mensurados mediante avaliação do ativo investido originalmente mais a avaliação dos lucros reinvestidos e as reavaliações subsequentes dos ativos. Os direitos dos acionistas de receber dividendos e participar do ativo líquido, no caso de liquidação, são direitos na condição de fornecedores de recursos e não como donos dos ativos específicos.

Desta maneira, o Passivo representa as obrigações específicas da empresa e o Ativo os direitos da empresa para receber bens e serviços ou outros benefícios específicos.

Existem duas visões de entidade enfocadas por essa teoria. A versão tradicional vê a firma de negócios como uma operação para beneficiar acionistas. A mais recente interpretação vê a entidade como uma atividade para ela mesma e interessada em sua própria sobrevivência. Ambas as versões focalizam a entidade como uma unidade independente.

Ao contrário da teoria do proprietário, que considera o balanço como de máxima importância, a teoria da entidade enfatiza a demonstração de resultado, por duas razões:

- a. os financiadores estão essencialmente interessados no resultado porque este montante denota o resultado de seus investimentos por um período; e
- b. a razão para a existência da empresa é produzir lucros, pois isto é necessário para sua sobrevivência.

Sobre o assunto, vale mencionar, ainda, o entendimento de Paton e Littleton, in verbis (*): "A ênfase, no ponto de vista da entidade, requer o tratamento dos ganhos e lucros de negócio como lucro de entidade em si até que a transferência para os participantes individuais tenha sido feita por uma declaração de dividendos."

(*) in IUDICIBUS, Sergio de, Teoria de Contabilidade, Ed. Atlas, 2ª Edição, São Paulo, 1982, pg. 151

De acordo com a mais nova versão da teoria da entidade, como anteriormente explicitada, a remuneração pelo uso do dinheiro são despesas, porque ambos, credores e acionistas, são considerados partes externas (outsiders). Desta forma, os juros e dividendos, como também o imposto de renda, são despesas do negócio.

Não existe bitributação sob a ótica da entidade, porque há uma nítida distinção entre a entidade e o acionista. Dessa forma, cada parte pagaria imposto sobre os seus ganhos.

Esta linha de raciocínio é a prescrita pela legislação brasileira, onde tanto a entidade quanto os acionistas pagam imposto de renda sobre o mesmo resultado, os quais para a empresa representam uma parcela dos ganhos retidos e tributados e, para os acionistas, a remuneração sobre seus investimentos.

A prática é inconsistente ao seguir as implicações das teorias do proprietário e da entidade. A influência de ambas coincide lado a lado. A teoria contábil convencional é baseada no conceito da entidade. Não obstante, a visão do proprietário tem um grande impacto sobre os procedimentos atuais. Por exemplo, baseado no conceito do proprietário, na prática de hoje, os juros são considerados uma despesa e os dividendos uma distribuição de resultados.

II.3 - TEORIA DO FUNDO

A teoria do fundo deixa de lado a relação pessoal suposta na teoria do proprietário e a personificação da empresa como entidade econômica e legal da teoria da entidade.

A desvantagem nessas bases personalizadas para a contabilidade é que a emissão de relatórios satisfatórios tenderá a ser influenciada por analogias pessoais. E as edições dos relatórios contábeis são decididas não com base na natureza do problema, mas sobre algumas tendenciosidades em decorrência do elevado grau de subjetividade.

A teoria do fundo considera a empresa como uma unidade operativa e orientada para a atividade como base da contabilidade.

Um fundo é uma unidade de operação, um centro de interesse, com um propósito específico ou conjunto de atividades, consistindo de ativos e passivos.

O ativo representa os serviços potenciais para o fundo ou a unidade operativa, e os passivos, restrições contra ativos específicos ou gerais do fundo.

Entende-se sob esta teoria que o capital investido precisa ser mantido intacto, a não ser que se tenha obtido uma autorização para a liquidação completa ou parcial.

Assim, na teoria dos fundos o lucro não é o ponto de maior interesse na apresentação das Demonstrações Contábeis. O detalhamento das operações do fundo se apresenta nos relatórios de origens e aplicações de recursos com mais clareza.

A equação contábil da teoria do fundo, vista dentro de uma entidade, é a seguinte:

$$\begin{array}{l} \text{ATIVO PARA OU-} \\ \text{TRAS ATIVIDADES} \end{array} + \begin{array}{l} \text{ATIVO ESPECÍFICO} \\ \text{PARA ATIVIDADES} \\ \text{DO FUNDO} \end{array} = \begin{array}{l} \text{RECURSOS PRO-} \\ \text{VENIENTES DO} \\ \text{FUNDO} \end{array} + \begin{array}{l} \text{RECURSOS DE} \\ \text{OUTRAS ORIGENS} \end{array}$$

Todo fundo, para atingir algum propósito e os serviços agregados aos ativos, constituem-se no significado para se concluir aquele propósito.

Essa teoria explica os registros financeiros de uma organização, de acordo com três características:

- "a. Fundo - uma área de atenção definida pelas atividades e operações relativas a qualquer conjunto de registros contábeis, para a qual determinados movimentos balanceados de contas são criados;
- b. Ativos - serviços econômicos e potenciais; e
- c. Restrições - limitações no uso dos ativos" (*)

(*) McCULLERS, Levis D, et SCHROEDER, Richard D., Accounting Theory, Text and Acadings, John Wiley & Sons, Inc., 2ª Ed., New York, 1982, p. 490

O capital investido representa uma restrição financeira ou legal para o uso dos ativos, isto é, o capital investido precisa ser mantido intacto, a não ser que uma autorização específica tenha sido obtida para uma liquidação completa ou mesmo parcial.

A teoria do fundo fornece um arcabouço referencial para organizações governamentais e as de fins não lucrativos. Em que pese o modelo de fundo contábil servir para aplicações em empresas com fins lucrativos, sua aceitação nessa área tem sido limitada.

II.4 - TEORIA DO ACIONISTA ORDINÁRIO E PREFERENCIAL

Essa teoria parte do questionamento das demonstrações contábeis sob a ótica dos investidores, baseada no objetivo da contabilidade de prover informações aos supridores de capital. Investidores, neste caso, são acionistas e credores.

A equação contábil, sob essa teoria, é:

$$\begin{array}{l} \text{OUTROS} + \text{ATIVO DE DIS} = \text{CAPITAL DE} + \text{CREDORES OPE} + \text{CAPITAL DE A} \\ \text{ATIVOS} + \text{PONIBILIDADES} = \text{ACIONISTAS} + \text{RACIONAIS} + \text{CIONISTAS OR} \\ \text{PREFERENCIAIS} \qquad \qquad \qquad \text{DINÁRIOS} \end{array}$$

A teoria dos acionistas enfatiza a necessidade de prestar informações, em particular aos acionistas. Os acionistas são vistos como investidores com pouco poder para determinar o que está acontecendo na companhia e, por essa razão, devem confiar nas demonstrações contábeis. Por causa desse enfoque, a necessidade de informação acerca do fluxo de caixa é muito realçada.

Os passivos de credores operacionais e as participações de acionistas preferenciais são considerados como semelhantes, ou seja, estão mais como credores. Os interesses residuais são apenas usufruídos pelos acionistas ordinários.

Embora seja viável para efeitos financeiros, essa teoria se defronta com uma forte restrição, uma vez que não se pode afirmar que o acionista preferencial é semelhante a um prestador de dinheiro. Seus direitos são semelhantes mas o acionista preferencial possui um título de propriedade.

Cabe informar que a legislação vigente nos Estados Unidos da América é alinhada à Teoria do Acionista Ordinário e preferencial.

A citada teoria considera a remuneração paga aos acionistas, portadores de ações preferenciais, como despesas, figurando, assim, na Demonstração de Resultado do Exercício.

A ratificação do tratamento do dividendo dos acionistas preferenciais como despesas foi procedida através de consulta de autores oriundos daquele país.

O demonstrativo apresentado por WESTON (*) mostra o dividendo de ações preferenciais deduzido na forma a seguir:

ERIC POWER COMPANY

Demonstrativo de Lucros e Perdas para o Ano Encerrado de 31 de Julho de 1975.

Receitas Operacionais.....	US\$ 18.900
Despesas Operacionais.....	US\$ 12.500
Lucro Antes dos Juros e Impostos.....	US\$ 6.400
Dedução de Juros.....	945
Lucro Antes do Imposto.....	US\$ 5.455
Imposto de Renda (Alíquota 50%).....	2.727
Lucro Após Imposto.....	US\$ 2.727
Dividendo Preferencial.....	336
Lucro Líquido Disponível às Ações Ordinárias...	US\$ 2.391
Lucro Por Ação.....	US\$ 5,31
Dividendo Por Ação.....	US\$ 4,25

Por seu turno, JOHNSON (**) sugere a forma de apresentação abaixo:

Vendas.....	\$ 90,00
Despesas Operacionais.....	\$ 85,00
Lucro Líquido Operacional.....	\$ 5,00

(*) WESTON, J. Fred, e BRIGHAM, Eugene F., Administração Financeira de Empresas, Editora Interamericana Ltda., Rio de Janeiro/RJ, 4ª Edição, 1979.

(**) JOHNSON, Robert, W., Administração Financeira, Volume I, Editora Pioneira de Administração e Negócios, São Paulo, 5ª Edição, 1980.

Imposto Federal Sobre Renda.....	\$ 1,50
Lucro Líquido Depois da Dedução do Imposto S/ a Renda...	\$ 3,50
Dividendos Sobre Ações Preferenciais.....	\$ 1,60
Lucro Líquido Disponível Para os Proprietários Residuais	\$ 1,90

Objetivando reforçar a aplicação da Teoria do Acionista Ordinário e Preferencial nos EE.UU., cabe transcrever no íntegra a introdução do Capítulo 13 - Ações Preferenciais e Ordinárias de VAN HORNE (*):

"No presente capítulo, analisaremos duas modalidades de financiamento mediante capital próprio - ações preferenciais e ações ordinárias. Embora ambas sejam enquadradas na mesma classificação geral, as diferenças entre elas são mais marcantes do que suas semelhanças. Do ponto de vista dos proprietários da firma, isto é, os portadores de ações ordinárias, a ação preferencial deve ser analisada como uma forma de capital de terceiros. Como...."

É importante rever algumas características e conceitos sobre ações, à luz da legislação brasileira.

As ações podem ser de duas espécies: ordinárias e preferenciais.

As ações ordinárias dão aos seus titulares o direito de voto nas assembleias gerais. Cada ação dá direito a um voto.

As ações preferenciais são assim chamadas porque têm vantagem, ou preferência, com relação às ações ordinárias em termos de prioridade na distribuição de dividendos, no reembolso do capital em virtude de dissolução da companhia ou em ambos os casos. Em contrapartida às vantagens econômicas, a ação preferencial não tem direito

(*) VAN HORNE, James C., Política e Administração Financeira, Editora da Universidade de São Paulo, SP, 1ª Ed., 1974, p.270.

a voto nas assembléias, salvo se persistirem prejuízos por diversos exercícios sociais, e as ações não forem remuneradas.

Quanto à forma, as ações podem ser nominativas, endossáveis e ao portador.

Finalmente, as ações podem ser representadas por um certificado ou mantidas em contas de depósito - ações escriturais - junto a instituições financeiras habilitadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

No Brasil, remuneração paga aos acionistas são os dividendos, conceituados como ganhos de capital. O montante do dividendo somente aparece na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido. Os dividendos no Brasil não são despesas e não figuram, portanto, na Demonstração de Resultado do Exercício.

II.5 - TEORIA DO COMANDO GERENCIAL

Esta teoria surgiu devido às significativas diferenças existentes, em muitos casos, entre os pontos de vista dos gerentes e dos proprietários. Considera que os objetivos da gerência são importantes para o proprietário e para a entidade. A ênfase dessa teoria é dada ao controle.

A teoria do comando preocupa-se mais com o que a gerência fez do que para quem os relatórios contábeis são dirigidos. Isto contraria, em parte, a essência informativa e os objetivos da contabilidade.

Segundo essa teoria, as demonstrações contábeis são feitas sob a forma de relatório de progresso. Assim, o Balanço Patrimonial representa um relatório do desempenho dos recursos à disposição dos gerentes. A demonstração de origem e aplicação de recursos apresenta a maneira como o gerente obtém e aplica tais

recursos. A Demonstração de Resultado expressa os resultados das atividades da gerência e a forma utilizada na obtenção de recursos para atingí-los.

Esta teoria permite uma mudança na natureza da contabilidade, dado ao fato de preocupar-se mais com o que a gerência fez do que para quem são dirigidos os relatórios contábeis. Através desta modalidade, porém, a abordagem teórica do Patrimônio Líquido pode distinguir melhor os setores, as áreas de interesse, os grupos de pessoas que comandam ou assumam responsabilidade e são capazes de adicionar utilidade aos fatores de produção. Nesta teoria, como na seguinte, não é possível se estabelecer equações contábeis.

II.6 - TEORIA DO EMPREENDIMENTO

Por esta teoria a empresa é vista como uma instituição social, onde decisões são tomadas, provocando repercussões a um certo número de partes interessadas. Estas partes seriam os acionistas, empregados, credores, clientes, agências governamentais e o público em geral.

Este conceito é mais amplo do que o da entidade, porque o do empreendimento vê a empresa como tendo um papel a desempenhar na sociedade, enquanto o da entidade observa a firma como uma entidade isolada, procurando realizar lucros.

Esta teoria é mais aplicável a uma grande sociedade econômica moderna, que é obrigada a refletir o efeito de suas atividades sobre a sociedade como um todo.

O mais pertinente dos conceitos de lucro neste amplo contexto de responsabilidade social é o do valor agregado, que vem a ser o valor de mercado dos bens ou serviços adquiridos por transferências a outras empresas.

Assim, o lucro inclui todos os pagamentos a acionistas, sob a forma de dividendos, juros dos credores, salários dos empregados e impostos a entidades governamentais. Em suma, pode-se dizer que, através dessa teoria, a contabilidade consegue mostrar ao usuário da informação a participação da entidade na sociedade.

A gerência, na atualidade, não se considera simplesmente como representante dos acionistas, mas como guardião da companhia e responsável por sua sobrevivência e desenvolvimento. Dessa forma, a gerência desempenha uma função mediatória entre os vários interesses. Todos aqueles que recebem renda ou possuem negócios em seus relacionamentos com a empresa, a saber: acionistas, credores, empregados, clientes, governo, têm um importante interesse no bem estar da companhia, e, deste modo, a companhia tem responsabilidade para com eles, não apenas com os acionistas. Esta responsabilidade está diretamente ligada pela função da companhia de utilizar recursos monetários, humanos e materiais no seu processo de produção e distribuição, e remunerar aqueles que fornecem os recursos.

O ponto de vista que norteia essa teoria concentra-se na necessidade de os participantes retromencionados de cooperar, contribuindo para que a firma sobreviva e continue a criar renda para eles. A necessidade de a gerência agir como mediadora torna-se óbvia. A idéia de esforço cooperativo contrasta com a doutrina confrontacional, onde cada grupo vê o outro como inimigo.

A filosofia dessa teoria torna-se mais visível no modelo japonês de empreendimento, onde os empregados estão tendo uma grande participação nas tomadas de decisão e o governo posicionando-se no apoio às pesquisas básicas desenvolvidas pelas companhias, etc... .

CAPÍTULO III

CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III - CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são as mais comuns das formas existentes de elaboração de evidências contábeis. A quantidade e a qualidade das informações contábeis efetuadas pelos contadores variam em função das espécies de entidades e dos diferentes tipos de usuários da informação.

O Balanço Patrimonial é a demonstração que visa fornecer a posição patrimonial da entidade, de forma estática e num determinado momento.

A Demonstração do Resultado do Exercício fornece resultados obtidos relativos a determinado período, abrangendo as transferências de riquezas e as movimentações de ganhos e perdas.

A Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido decorre do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos fornece os fluxos financeiros ocorridos nos períodos.

Quanto às Notas Explicativas, estas são elaboradas para esclarecer, complementarmente, as Demonstrações Contábeis.

III.1 - Balanço Patrimonial: Ativo, Passivo Exigível e Patrimônio Líquido

Com o intuito de entender-se o Balanço Patrimonial, procurou-se rever de forma detalhada e separadamente o Ativo, o Passivo Exigível e o Patrimônio Líquido.

Nosso enfoque foi feito no sentido de, preliminarmente, trazer certos pontos de vista de alguns autores e, em seguida, informar a estrutura do que anteriormente foi discutido pela doutrina e aplicado no Brasil.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que determina o valor patrimonial de uma entidade.

III.1.1 - ATIVO

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

Conceituar "Ativo", em toda sua extensão e amplitude, constitui tarefa extremamente importante para a Contabilidade.

Normalmente, tem-se definido "Ativo" como sendo bens e direitos de uma entidade.

Ocorre, porém, que a conceituação de "Ativo" envolve de finições bem mais complexas, conforme tentar-se-á evidenciar a seguir.

Segundo Kam (*), "ativos são recursos econômicos, capazes de propiciar futuros benefícios econômicos, obtidos ou controlados por uma entidade particular como resultado de transações atuais e eventos passados".

A fim de obter um melhor entendimento das características que integram a supracitada definição, necessário se faz examiná-las de maneira mais aprofundada:

- . são recursos econômicos;
- . devem proporcionar geração de caixa;
- . devem ser de propriedade ou sob controle da entidade;
- . decorrem de eventos ou transações atuais e passadas.

De um modo geral, a escassez de recursos produtivos, aliados ainda à insaciabilidade dos desejos humanos, constituem duas características básicas de um recurso econômico. A partir daí, lhe é atribuído um valor econômico em razão da capacidade de gerar benefícios ou serviços futuros.

Neste contexto, a contabilidade não está preocupada com recursos econômicos de uma maneira geral, mas tão somente com os recursos econômicos que são obtidos ou controlados por uma entidade, e que, portanto, possuem uma potencialidade de gerar resultados.

(*) KAM, Vernon - Accounting Theory - John Wiley & Sons, Inc. - Califórnia - 1986 - p.57.

Nesse passo, como muito bem adverte o Prof. Ijiri (*), "a Contabilidade não está interessada nos recursos econômicos como um todo, mas somente naqueles que estão sob o controle de uma determinada entidade".

Desta forma, surgem questionamentos sobre definições jurídicas concernentes à "posse" ou "direitos de posse", como instrumentos norteadores, passíveis de registros de ativos.

Para Kam (**), esses conceitos legais são usados em contabilidade apenas como parâmetros, uma vez que a essência reside no fato de a capacidade dos ativos afetarem o desempenho e a condição financeira da entidade.

Uma outra questão que merece destaque consiste no fato de que alguns autores defendem a idéia segundo a qual a definição de ativos deveria incluir sua capacidade de troca. Argumentam que a inexistência da capacidade de troca dos ativos equivale a uma falta de valor econômico.

O caso mais patente é o "goodwill", que devido às suas características e peculiaridades próprias, Chambers, citado por Kam (***), entende que, de acordo com a definição de ativos, não subsistem razões para classificá-lo nesse grupo, porque ele (Goodwill), não está sujeito à medição, mas sim à avaliação, cuja tarefa não caberia à contabilidade, mas especificamente, aos investidores.

RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DE ATIVOS

Definir um ativo constitui o primeiro passo no processo de identificá-lo e registrá-lo.

Ocorre, entretanto, que existem outros itens que satisfazem ou preenchem a definição de ativos, e, no entanto, não são considerados como tais. Como exemplo, pode-se citar recursos humanos, já que geram benefícios econômicos e decorrem de eventos transcorridos (no sentido de que eles foram contratados), porém, não são incluídos como ativo.

(*) Ibidem, p. 58.

(**) Ibidem, p. 58-60

(***) Ibidem, p. 60

Vale registrar que o fator determinante decorre da dificuldade dos contadores em atribuir aos recursos humanos das empresas um valor objetivo.

Nesse sentido, a Contabilidade está preocupada em transmitir informações suscetíveis de avaliação e que sejam possuidoras de um real valor econômico, uma vez que elas só serão relevantes à medida que forem úteis e confiáveis.

Assim, os contadores adotam os seguintes critérios de reconhecimento do ativo:

- . dependência da lei, já que o reconhecimento de alguns ativos depende do conceito legal;
- . adoção do princípio do conservadorismo;
- . determinação da substância econômica da operação ou evento; e
- . capacidade de medir o valor do bem.

É válido frisar que é importante que os ativos possuam valor econômico. Mais importante, ainda, é que eles sejam expressos em termos monetários. Os valores baseados em atributos subjetivos não são significativos dentro da Contabilidade.

Nesse contexto, a Contabilidade está preocupada em proporcionar informações relevantes aos usuários, de sorte que as mesmas espelhem com fidedignidade a capacidade dos ativos em gerar benefícios futuros para a entidade, estabelecida através de procedimentos adequados de avaliação e quantificação.

Desta forma, a avaliação deve ser baseada em valores de troca ou conversão, que são os valores de entrada e os valores de saída. Os valores de saída relacionam-se a valores que a empresa espera receber no futuro com base no preço dos produtos, enquanto os valores de entrada representam o valor pago para se obter os ativos utilizados pela empresa em suas atividades.

O problema de avaliação de ativo tem sido, comumente, dividido em duas partes fundamentais:

- a) ativos monetários - expressos em termos de entradas esperadas de caixas ajustadas pelo prazo de espera de recebimento, sempre que relevantes.
- b) ativos não monetários - avaliados pelo custo de aquisição ou algum conceito derivado. Parte-se da premissa de que num mercado livre, o custo de aquisição espelha adequadamente as expectativas de serviços futuros, no momento da aquisição.

A fim de permitir melhor entendimento, julga-se oportuno citar os diversos métodos de mensuração classificados no âmbito dos conceitos de valores de entrada e saída:

VALORES DE SAÍDA

- Valores Descontados das entradas futuras de Caixa;
- Valor Corrente de Vendas (Valor Líquido de Realização);
- Equivalentes de Valores Correntes de Caixa; e
- Valor de Liquidação.

VALORES DE ENTRADA

- Custo Histórico;
- Custo Histórico Corrigido;
- Custo Corrente de Reposição; e
- Custo Corrente de Reposição Corrigido.

Vale dizer que HENDRIKSEN se opõe à classificação de Valores de Liquidação como sendo, unicamente, valores de saída e dá um exemplo específico de um caso de loja de departamento, justificando a sua tese.

A respeito do que sejam Valores de Entrada e Valores de Saída, vale frisar que os Valores de Entrada são os atribuídos aos elementos ativos no momento de seu ingresso na entidade, enquanto que os Valores de Saída são os valores atribuídos aos elementos no momento de sua transferência ou retirada da entidade.

Quanto à estrutura do ativo das empresas brasileiras, a

seguir discriminou-se, por ordem de liquidez, conforme prescreve a legislação comercial e recomenda a maioria dos autores:

ATIVO

a) Ativo Circulante (Realizável até 360 dias ou no ciclo operacional da empresa)

- . Disponibilidades
 - Caixa
 - Depósitos Bancários à Vista
 - Numerários em Trânsito
 - Títulos e Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata.
- . Recebíveis
 - Duplicatas a Receber
 - (Duplicatas Descontadas)
 - (Previsão P/Devedores Duvidosos).
- . Outros Valores a Receber
 - Títulos a Receber
 - Cheques em Cobrança
 - Dividendos a Receber
 - Bancos - C/Vinculada
 - Juros a Receber
 - Adiantamentos a Terceiros
 - Débitos de Funcionários
 - Impostos a Recuperar
 - Depósitos Restitutíveis e Valores Vinculados
 - (Previsão para Débitos de Liquidação Duvidosa)
 - (Previsão para Perdas).
- . Estoques
- . Despesas Antecipadas

b) Realizável a Longo Prazo (Realizável após 360 dias ou depois do ciclo operacional)

c) Ativo Permanente

- . Investimentos
- . Imobilizado
- . Diferido
- . (Deduzidos das Previsões para Perdas, Depreciações, Amortizações e Exaustões)

III.1.2 - PASSIVO EXIGÍVEL

CONCEITO E CONSIDERAÇÕES

As discussões acerca dos itens que deveriam ser incluídos no Passivo (exigibilidades) de uma empresa, sugerem interpretações as mais diversas. Alguns autores entendem que apenas as dívidas efetivas deveriam ser incluídas no Passivo. Dessa forma, apenas as obrigações derivadas de eventos ou transações passadas, com vencimento no período específico (futuro), deveriam ser registradas.

Outros autores, interpretando de forma mais ampla, defendem a inclusão de elementos no Passivo, ainda que seu valor seja estimado, mas desde que haja probabilidade de sua ocorrência. Caso contrário, essas obrigações seriam relacionadas no rol dos passivos contingenciais, e, dessa forma, não incluída no grupo das exigibilidades, mas evidenciada, se relevante, nas notas explicativas.

O aparecimento do Passivo, segundo Hendriksen(*), tem estado intimamente relacionado com o aparecimento dos gastos. Por conseguinte, a doutrina contábil relacionada ao passivo está preocupada com os aspectos concernentes a ingressos e gastos.

Em geral, a questão de quando contabilizar um passivo é mais difícil do que determinar a sua mensuração monetária.

Dentre as muitas definições encontradas na literatura contábil para o Passivo, julga-se que a apresentada por Kam é a que melhor exprime as suas características básicas:

(*) HENDRINKSEN, Eldon S., Accounting Theory - Richard D. Erwin, Inc - 1982 - p. 417

"Passivos são as obrigações de uma entidade, que deverão ser cumpridas no futuro, mediante a transferência de ativos ou prestação de serviços a outras entidades como resultados de eventos ou transações passadas" (*)

CARACTERÍSTICAS DO PASSIVO

Como observado na definição anteriormente mencionada, o passivo possui características peculiares, as quais são enumeradas abaixo:

- . a obrigação , certamente, deve existir no momento presente, para um futuro pagamento. Assim, as obrigações contingenciais, por dependerem de certos eventos para ocorrer, não podem ser consideradas o obrigações até que exista uma razoável probabilidade de que esses eventos possam acontecer;
- . a justa obrigação ou dívida pode ser considerada se ela implicar na necessidade de se executar um futuro pagamento, a fim de manter-se uma relação comercial, ou se essa obrigação foi contraída de a cordo com a prática normal dos negócios;
- . normalmente deve haver uma data de vencimento conhecida e que corresponda a um momento futuro que se expressa no presente. Se em lugar de pagar, a empresa devedora prorroga a dívida, a substitui, assim, por um novo passivo. Pode ocorrer a realização de uma conversão de obrigações em participações societárias na empresa, transformando, assim, o credor em acionista. Esse último fato desclassifica o valor como passivo; e
- . caso haja um direito incondicional de compensação, uma obrigação contratual não deve aparecer no passivo. Porém, se o vendedor assumiu um compromisso

(*) KAM, Vernon, op. cit., p. 65

mediante um contrato, então não há direito incondicional de compensação, sendo um passivo.

CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO DO PASSIVO

A definição de passivo constitui apenas um primeiro passo para o seu reconhecimento. Todavia, conforme evidencia Kam(*), existem outros critérios usados para identificar ou reconhecê-lo, notadamente, quando o passivo se apresenta num ambiente real, suscetível, portanto, de avaliação (no sentido de seu reconhecimento).

Desta forma, os contadores, de um modo geral, utilizam-se dos seguintes critérios para o seu reconhecimento:

- dependência na lei, onde as obrigações são legalmente formalizadas;
- adoção do princípio do conservadorismo;
- determinação da substância econômica da transação ou evento; e
- capacidade de medir o valor do passivo.

É certo que no reconhecimento de uma exigibilidade, esses critérios não são usados isoladamente; eles são parte de um todo.

Merece realce, ainda, que os contadores, ao adotarem esses critérios, o fazem porque estão preocupados em fornecer ao usuário, informações revestidas de utilidade e confiabilidade, sobretudo para aqueles que estão interessados em obter dados capazes de formar um juízo acerca da tendência do empreendimento.

PASSIVO CONTINGENTE

O FASB (Financial Accounting Standards Board), em sua declaração nº 5 (**), define contingência como sendo um conjunto de situações ou circunstâncias que envolvem incertezas quanto à possibilidade de ocorrência, de ganhos ou perdas, os quais somente serão resolvidos quando um ou mais eventos ocorrerem ou deixarem de acontecer.

(*) Idibid p. 84.

(**) in Kam, Vermon, Idibid, p. 70

Assim, a probabilidade de ocorrência de um passivo contingente está diretamente relacionada com o sucesso ou insucesso de um evento futuro.

Como muito bem adverte Hendriksen (*), se há um valor provável para uma exigibilidade, então o passivo é estimado e, conseqüentemente, registrado. De forma contrária, se a obrigação tiver probabilidade de não ocorrer, deverá então ser considerada como contingencial.

Infere-se, pois, que as obrigações contingenciais não são registradas pelo fato de não decorrerem do presente, mas sim do futuro. A não ser se existir alta probabilidade de ocorrer o evento.

O caso que melhor descreve essa situação é, usualmente, adotado como paradigma na literatura contábil, refere-se aos processos judiciais contra a empresa, ainda em fase de julgamento.

A estrutura do passivo exigível das empresas sediadas no Brasil é a seguir discriminada por ordem de liquidez, conforme previsto na legislação comercial e sugerido pela maioria dos autores:

PASSIVO EXIGÍVEL

a) Passivo Circulante (Exigível até 360 dias ou no ciclo operacional da empresa)

- . Empréstimos e Financiamentos
- . Debêntures
- . Fornecedores
- . Obrigações Fiscais
- . Outras Obrigações
- . Provisões

Exigível a Longo Prazo (Exigível após 360 dias ou após o ciclo operacional da empresa)

(*) HENDRIKSEN, Eldon S., op. cit, p. 423.

III.1.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (*)

Os direitos dos participantes da empresa, são muitos e diferenciados. A evidenciação desses direitos e qualquer limitação dos mesmos são objetivos importantes na apresentação das demonstrações contábeis, constituindo, desta maneira, os elementos característicos do Patrimônio Líquido.

O Patrimônio Líquido não pode ter mensuração e avaliado independentemente dos outros elementos da equação contábil. O valor total apresentado nas demonstrações contábeis constitui o somatório do resultado dos métodos empregados na mensuração do Ativo e Passível Exigível.

Os ativos são constituídos por recursos econômicos e o passivo (exigibilidades) por obrigações. Em virtude da necessidade de serem avaliados, necessário se torna atribuir-lhes valores, a fim de que sejam expressos em termos monetários. Dessa forma, como resultado dessa mensuração, obtém-se, por diferença, o Patrimônio Líquido.

Entretanto, é oportuno dizer que a afirmação contábil de que o Patrimônio Líquido consiste na diferença entre o ativo e o passivo exigível não reflete a verdadeira essência econômica do Patrimônio Líquido.

O valor total da empresa para os participantes não pode ser medido mediante a simples avaliação de ativos e passivos exigíveis, porque o montante do Patrimônio Líquido daí resultante não representa o valor corrente de mercado, ou um valor subjetivo da empresa para os participantes. Sob esta ótica, o Patrimônio Líquido representaria o "montante dos recursos agregados".

Face ao exposto, constata-se que existem muitos outros fatores que devem ser levados em consideração quando se processa um exame do Patrimônio Líquido de uma empresa.

(*) Na sistemática brasileira é um componente do passivo, que se divide em circulante, exigível a longo prazo e patrimônio líquido.

Os citados fatores estão ligados aos direitos dos proprietários das entidades que são muitos e variados, eitando-se entre eles os direitos residuais sobre o ativo das sociedades, em caso de liquidação final e os direitos legais de proprietários sobre uma empresa em operações que correspondem à prerrogativa de vender ou transferir todas as participações na empresa. É evidente que esses direitos econômicos e quaisquer restrições a respeito deles é o objetivo mais importante da apresentação das demonstrações contábeis.

Sobre o assunto, é válido formular uma confrontação entre os direitos e prioridades dos proprietários das ações e dos credores das empresas.

Os direitos e prioridades de certos tipos de ações de empresas, comparados com as exigibilidades, são semelhantes, mas, de modo geral, existem diferenças básicas entre os elementos do passivo exigível e os do patrimônio líquido.

Pode-se citar três diferenças julgadas mais importantes:

1ª - a primeira diferença está ligada ao grau de prioridade atribuída aos vários participantes que fornecem recursos para a empresa. Os credores têm prioridade sobre os ordinários.

A prioridade que tem os credores é baseada no que se refere ao pagamento dos juros e à amortização do principal. apesar de que os acionistas preferenciais têm prioridade sobre os acionistas ordinários, os dois têm direitos de reclamações residuais com relação aos credores;

2ª - a segunda é o grau de certeza na determinação dos montantes a serem recebidos pelos participantes. Os montantes a serem pagos aos credores são determináveis, objetiva e adiantadamente. Por sua vez, os pagamentos de dividendos dependem da existência de lucro, das disponibilidades financeiras e de uma declaração formal dada pela assembléia, no que se refere à distribuição;

3ª - a terceira diferença está relacionada com as datas de vencimento dos direitos finais. O Patrimônio Líquido não é uma

obrigação imediata para a entidade que mantenha continuidade de suas operações.

Os acionistas não esperam receber de volta o capital investido em datas definidas ou determinadas, enquanto que o vencimento das obrigações para com os credores geralmente possui datas preestabelecidas.

É importante dizer que, para se obter um entendimento mais profundo sobre o Patrimônio Líquido, necessário se torna estudar as diversas teorias de abordagem ao Patrimônio Líquido. Todavia, dado o fato de existir um capítulo específico sobre o citado assunto, deixou-se de enfocar, aqui, as teorias contábeis para evitar, assim, sobreposição de assuntos.

Para completar o estudo do Patrimônio Líquido, a seguir foram relacionadas as contas sugeridas por autores e previstas pela legislação comercial brasileira para figurar no elenco que compõe o respectivo grupo:

Patrimônio Líquido

a) Capital

- . Capital Social Subscrito
 - (-) Capital Social a Realizar
- . Capital Social Realizado
 - (-) Ações em Tesouraria

b) Reservas de Capital

Reserva de Correção Monetária do Capital Social
 Ágio na Emissão de Ações
 Alienação de Partes Beneficiárias
 Alienação de Bônus de Subscrição
 Prêmio na Emissão de Debêntures
 Doações e Subvenções para Investimentos
 Reserva para Aumento de Capital

c) Reserva de Reavaliação

d) Reserva de Lucros

- Reserva Legal
- Reservas Estatutárias
- Reservas para Contingências
- Reservas de Lucro a Realizar
- Reservas de Lucros para Expansão
- Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuíveis

e) Lucros ou Prejuízos Acumulados

III.2 - Demonstração do Resultado do Exercício - Receitas, Despesas, Ganhos e Perdas

A Demonstração do Resultado do Exercício de uma entidade é uma apresentação de forma resumida e sistemática das operações realizadas durante o exercício social, visando demonstrar o resultado líquido de suas atividades.

Face ao exposto, com vista a se obter melhor entendimento do conceito de resultado, é necessário rever a diferença que existe entre esse conceito e o conceito de capital. O resultado pode ser entendido como sendo um fluxo de riqueza, enquanto o capital pode ser conceituado como um estoque de riqueza.

Assim, o capital se relaciona com a quantidade existente em depósito, em qualquer espaço de tempo, enquanto que a renda é a quantidade que flui para o depósito durante certo tempo,

Pela ótica do contador, o conceito de capital, de uma forma simplista, poderia ser colocado como um investimento de ativo menos os passivos (exigibilidades), ou seja, é o patrimônio dos acionistas, aumentado ou reduzido pelos resultados líquidos acumulados. A principal razão do capital na Contabilidade é a de estabelecer o interrelacionamento entre os participantes da entidade e a sua fonte de riqueza.

É importante ressaltar que a mensuração do resultado depende dos diferentes conceitos de capital, uma vez que cada concei

to conduzirá a resultado diferente.

As dificuldades de mensuração do resultado tendem a diminuir à medida em que se adotam diferentes conceitos, como os a seguir descritos:

CONCEITO ESTRUTURAL

Uma das funções básicas da Contabilidade é a de mensuração do lucro. Assim, esse conceito se apresenta em dois enfoques diferentes:

a) enfoque operativo da medição de resultados:

Por essa abordagem entende-se que o lucro decorre das atividades operacionais desenvolvidas pela empresa. Supõe-se que o enfoque operativo seja bastante útil no processo de avaliação da eficiência da gestão, uma vez que permite diferentes previsões em relação às diversas atividades da empresa, possibilitando melhor mensuração do resultado; e

b) enfoque de resultado baseado nas transações:

Esse enfoque é o mais convencional e o mais empregado pelos contadores. Inclui a contabilização das mudanças de valoração do ativo e do passivo, como resultado de transações.

CONCEITO INTERPRETATIVO

Refere-se à observação/interpretação da situação econômica de uma entidade, partindo-se do conceito de manutenção do capital investido.

Dessa forma, calcula-se o resultado, procedendo-se a uma avaliação a partir do início do período.

Esse procedimento, em essência, objetiva identificar e tentar corrigir os efeitos nefastos do fenômeno inflacionário sobre o capital, pois ocasiona mudanças nos níveis de preço.

O afloramento deste fato chama a atenção do contador para o problema da manutenção do capital investido, tendo em vista que negligenciando-o, estar-se-ia, sem dúvida, provocando a descapitalização das entidades.

Por outro lado, não haveria como reconhecer-se o resultado líquido de um determinado período, a não ser que fosse mantido o poder de compra do capital investido no empreendimento.

CONCEITO COMPORTAMENTAL

Nesse enfoque, o resultado pode ser visto como uma medida de predizer o futuro.

A fim de planejar o futuro, a direção da empresa precisa estudar os dados históricos da entidade, pois, através da observação desses dados passados, ela pode tomar decisões corretas, maximizando, dessa forma, os benefícios decorrentes da política adotada.

As decisões dos credores, investidores e acionistas exigem o planejamento do fluxo futuro de distribuição de lucros. Assim, as expectativas referentes às distribuições futuras de lucros são de importância fundamental nas decisões de investimento.

Com relação ao resultado, deve-se, ainda, considerar:

1º - A influência dos Princípios Contábeis no Resultado:

a. Conservadorismo

Este princípio deve ser usado para conter a tendência em superestimar receitas e lucros. Quando existir alguma dúvida, deve-se optar por uma solução que dê uma probabilidade menor de exagerar valores líquidos e o resultado.

b. Materialidade

Apesar de o conceito de materialidade ter relação com todos os itens das demonstrações contábeis, ele está mais diretamente relacionado com as despesas e receitas.

Um fato é material se efetivamente levar em consideração todos os aspectos que o rodeiam, evitando, dessa forma, distorções no julgamento dos usuários da informação.

Num primeiro momento, o conceito de materialidade está apenas relacionado a aspectos quantitativos. Entretanto,

associado ao conceito de relevância, materialidade assume aspectos qualitativos.

Deve-se ter em mente que materialidade não está apenas relacionada com a evidenciação dos lucros, mas, principalmente, com fatos que podem determinar o futuro da companhia, bem como com a tomada de decisão dos investidores.

c. Denominador Comum Monetário

Para se obter um resultado, as receitas e os gastos devem ser passíveis de serem medidos. Para haver mensuração é necessário que o objeto ou evento seja ordenado e classificado de acordo com as mesmas características. Mensurar significa atribuir números a eventos ou objetos, de forma a torná-los homogêneos.

d. Realização da Receita

A realização refere-se ao reconhecimento das receitas na computação do resultado. Entretanto, tem havido uma série de discussões sobre o momento exato do reconhecimento da receita. Alguns estudiosos preferem aceitar o conceito econômico de renda real, enquanto outros defendem o reconhecimento da receita apenas quando há o recebimento efetivo do dinheiro.

De acordo com o princípio da realização, o reconhecimento poderá ser antecipado ou postergado, conforme a natureza de certas transações específicas.

As situações diversas que podem ocorrer são: receita reconhecida durante o processo de produção; receitas reconhecidas à medida que os serviços são executados e reconhecimento da receita após o período de transferência dos produtos ou serviços.

Um maior aprofundamento a respeito das possíveis ocorrências diferenciadas no princípio da realização da receita, acha-se no Anexo 02 - Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, permitindo um melhor entendimento sobre o assunto.

e. Confrontação da Receita com a Despesa e Competência de Exercícios

E empresa é uma entidade em continuidade e necessita

apresentar relatórios periódicos com o objetivo de avaliar seus investimentos.

De acordo com o conceito de confrontação, os custos devem ser relacionados com um determinado período de tempo e ter correlação com receitas reconhecidas.

2º - Os Beneficiários do Resultado

O principal objetivo da apresentação dos resultados é fornecer informações úteis para aqueles que estão interessados nos relatórios, que evidenciam sua formação.

O resultado é importante para a tomada de decisão e é utilizado pelos usuários da informação de diversas maneiras:

- " - é uma das principais formas de taxar impostos;
- mensura o sucesso das operações de uma empresa;
- determina a fixação dos dividendos;
- serve para determinar se os impostos são justos ou razoáveis;
- guia a gerência da empresa na condução dos negócios". (*)

Através de uma demonstração contábil padrão, poderá se visualizar com clareza quais são os beneficiários (inclusive em sua ordem prioritária) dos resultados parciais e finais obtidos por uma empresa.

A demonstração contábil dos resultados, que a seguir se descreve, e que foi construída tomando-se por base a sistemática exigida pela lei brasileira que regula as atividades das sociedades por ações, além de especificar as etapas de formação dos resultados, evidencia os beneficiários desses resultados em sua ordem prioritária de atendimento.

(*) MCKULLERS, Levis D. e SCHROEDER, Richard G. Op. Cit. p. 58

Vale dizer que os Dividendos foram demonstrados somente para ilustrar, uma vez que não são deduzidos na Demonstração de Resultados e sim informados na Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e/ou Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados.

Vendas de produtos e serviços

(-)	Impostos incidentes s/vendas.....	GOVERNO. IMPOSTOS DI RETOS SOBRE VENDAS
=	RECEITA LÍQUIDA	
(-)	Custos dos prod. e serv. vendidos.....	CREDORES POR FORNECI MENTOS E SERVIÇOS
=	LUCRO BRUTO	
(-)	Despesas operacionais.....	EMPREGADOS E CREDO RES P/FORNEC. E SER VIÇOS
=	LUCRO OPERACIONAL I	
(-)	Despesas financeiras.....	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
=	LUCRO OPERACIONAL II	
(-)	ou (+) Rec. e desp. não operacionais...	BENEFICIÁRIOS ALEATÓRIOS
=	LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	
(-)	Imposto de renda.....	GOVERNO, IMP. DE RENDA
=	RESULTADO APÓS IMPOSTO DE RENDA	
(-)	Participações p/empregados e p/inst. ou fundos de assistência ou previdên cia de empregados.....	EMPREGADOS
=	LUCRO DO EXERCÍCIO I	
(-)	Participações de administradores.....	ADMINISTRADORES
=	LUCRO DO EXERCÍCIO II	
(-)	Participações de debenturistas e de portadores de partes beneficiárias.....	DEBENTURISTAS E PORTADO RES DE PARTES BENEFICIÁ RIAS
=	LUCRO DO EXERCÍCIO III	
(-)	Dividendos.....	ACIONISTAS OU PROPRI ETÁRIOS
=	LUCRO FINAL NÃO DISTRIBUÍDO	
(-)	Transferência para lucros acumulados...	EMPRESA PARA REFORÇO DO PATRIMÔNIO
=	ENCERRAMENTO DO SALDO DOS RESULTADOS	

Assim, constata-se que cada um desses resultados assume vital importância dentro de diferentes óticas, uma vez que cabe aos grupos de usuários da informação contábil determinar o grau de utilidade que mais lhes convém.

Face ao que foi exposto, a respeito dos resultados, pode-se afirmar que o objetivo principal da Demonstração de Resultado do Exercício é evidenciar o lucro líquido do exercício, ou seja, aquela parcela do resultado que, efetivamente, ficou à disposição dos sócios para ser retirada ou reinvestida.

Esse demonstrativo contábil procura evidenciar, em sequência lógica e ordenada, todos os fatores que influenciaram para mais ou para menos, o resultado do período, sendo, assim, valioso instrumento de análise econômico-financeira e preciosa fonte de informações para tomada de decisões pelos diversos usuários.

Assim, visando um perfeito entendimento do conteúdo da citada demonstração, faz-se necessário discutirmos os componentes que constituem a formação do resultado: as receitas, as despesas, perdas e ganhos.

III.2.1 - RECEITAS

a. Conceito de Receita e sua perspectiva histórica

A - CONCEITO DE RECEITA

O conceito de receita não tem sido claramente definido na literatura contábil, visto que as definições de receitas estão, de um modo geral, mais relacionados com a sua mensuração e o momento de reconhecimento.

As definições encontradas de receitas, normalmente, não são completas, fixando-se, via de regra, nos seguintes aspectos:

- transferência de produtos ou serviços por uma entidade;
- entrada de elementos no ativo;
- período de tempo; e

- mensuração dos serviços e produtos transferidos, validada pelo mercado.

Sem dúvida, todos esses aspectos são relevantes mas não são suficientes para uma definição clara de receita.

Para uma conceituação ampla de receita, há que se destacar seus aspectos essenciais quanto à natureza e seus efeitos sobre o patrimônio. Deve-se enfatizar, inclusive, que uma receita pode ser reconhecida, sem que provoque, necessariamente (ao mesmo tempo), uma despesa, embora se saiba que o esforço para produzir receita provoca direta ou indiretamente a ocorrência de despesas.

Justifica-se a relevância do estudo dos diferentes conceitos de receitas, a fim de conhecer as proposições adversas dos autores para, com base neles, definir um modelo técnico que se adapte à realidade das organizações. Sob este aspecto, é de fundamental importância que as empresas procedam uniformemente para haver um tratamento conceitual consistente entre os contadores, objetivando uma formação contábil que permita aos usuários comparar o resultado de diferentes empresas.

Iudícibus, fundindo e aperfeiçoando alguns conceitos emanados de entidades de classe, órgãos governamentais e estudiosos do assunto, todos de origem ou alinhados à escola norte-americana, define receita como:

"a expressão monetária, validada pelo mercado, do agregado de bens e serviços da entidade, em sentido amplo, em determinado período de tempo, e que provoca um acréscimo concomitante no ativo e patrimônio líquido, considerado separadamente da diminuição do ativo (ou decréscimo do passivo) e do patrimônio líquido provocados pelo esforço de produzir tal receita." (*)

(*) IUDÍCIBUS, Sérgio de, Op. Cit., p.128

B - PERSPECTIVA HISTÓRICA

No século XIX, não se aplicava o Princípio da Realização da Receita, e o resultado da empresa era determinado pelo crescimento do Patrimônio Líquido. A partir do início deste século, esse conceito foi gradativamente sendo substituído pelo conceito de Realização.

Segundo KAM (*), a retromencionada substituição foi provocada, nos Estados Unidos da América, por quatro razões fundamentais:

- uso pelas empresas de ativos fixos específicos;
- o desenvolvimento, a partir da 1ª Grande Guerra Mundial, de leis relativas ao imposto de renda, as quais no início consideravam como receitas o recebimento do dinheiro, passando a adotar, posteriormente, o conceito de receita como sendo os valores recebidos e também os direitos a receber;
- decisão da Suprema Corte Americana, considerando que a receita deve ser realizada, não sendo suficiente a potencialidade da receita para distribuição de dividendos;
- uma atitude mais conservadora, resultando na adoção do princípio da realização da receita, consequência da visão da Grande Depressão de 1930, devido à permissão dada às empresas para avaliar seus ativos de maneira extremamente otimista.

b. Critério de Reconhecimento da Receita

Existem três critérios que auxiliam, objetivamente, identificar o momento do reconhecimento da receita, e são baseados na necessidade de relevância e, principalmente, fidedignidade das informações contábeis:

- "- mensurabilidade dos valores do ativo;
- existência de transação; e
- substancial complementação do processo de produção" (**)

(*) KAM, Vermon, Op. Cit., p.177

(**) Ibidem, p.179

. Mensurabilidade dos Valores do Ativo

É possível a utilização deste critério, tendo em vista que a receita causa um crescimento nos valores dos ativos da empresa e, conseqüentemente, crescimento no Patrimônio Líquido.

Receita realizada significa que os ativos representam valores ou dão direito ao recebimento de valores, ou seja, os ativos são passíveis de mensuração de mercado.

O critério de mensuração está diretamente relacionado ao recebimento dos valores do ativo, ou seja, deve estar claro que o processo de recebimento está assegurado. Normalmente, este reconhecimento está baseado na experiência da empresa. Entretanto, quanto mais longo for o período de recebimento, maiores serão as dúvidas de recebimento dos valores, requerendo maior certeza se o preço de venda será recebido, para o reconhecimento da receita.

. Existência de Transação

Quando existe uma transação, há a disposição externa de pagar um preço determinado por um produto, e uma conseqüente evidência de aumento nos valores da empresa. A parte externa e a empresa são os participantes da transação, sendo que a parte externa corrobora o preço de produção, ou seja, há evidência precisa de que o comprador tem a intenção de comprar e o vendedor a de vender.

Em alguns casos, em que existe um valor de mercado predeterminado (ouro, prata, etc), não é necessária a participação direta da empresa para que haja o reconhecimento da receita. Nesses casos, há evidência de que a produção tem garantia de venda, antes mesmo que ela ocorra.

. Complemento Substancial do Processo de Produção

A receita não está ganha até que a firma tenha executado todas as suas obrigações. Somente quando a maioria das operações que constituem o processo de produção já foi executado é que é possível determinar os custos associados e estimar com maior precisão os custos restantes.

No que concerne ao estudo das Receitas, convém ficar registrado que o ponto principal de reconhecimento da receita é a venda. No ponto de venda, ocorre a transação: o vendedor recebe um ativo mensurável e o processo de produção está substancialmente completo.

Em algumas ocasiões, a entrega de um documento legal substitui a entrega de mercadorias. Entretanto, contabilmente, a entrega de um título é apenas um dos aspectos a ser considerado para determinação do aspecto da venda. O aspecto de transação econômica deve ter maior relevância que o aspecto legal.

Embora o aspecto da venda seja fundamental para o reconhecimento da receita, o reconhecimento pode ser antecipado ou adiado, conforme já comentado no item: A Influência dos Princípios Contábeis no Resultado - Realização da Receita.

III.2.2 - DESPESAS

Segundo Kam, despesa é o "decréscimo no valor do ativo ou acréscimo no valor do passivo decorrente do uso de bens e serviços na operação principal da entidade" (*)

Pode-se, também, conceituar despesa como sendo o uso ou consumo de bens e serviços não ativados, no esforço de produzir receitas.

A definição de despesa como custo, em termos monetários, do uso de bens e serviços aplicados no processo de obtenção de receita, expressa de forma adequada à natureza operacional da despesa.

Despesas podem ser conceituadas de acordo com FASB (**) da seguinte forma:

" saídas ou outras utilizações de ativos ou incorrências de obrigações (ou a combinação de ambos)

(*) Ibidem, p.212

(**) in MOST, K.S., Accounting Theory, 2ª Ed., Grid Publishing, Ind. Columbus, Ohio, 1982, p.421

durante um período, provenientes da entrega ou produção de bens, prestação de serviços ou execução de outras atividades que constituem o principal progresso da entidade ou suas operações centrais."

Para Most (*), "despesas são recursos usados durante um período de tempo, os quais são capazes de expressão em dinheiro, independentemente de os recursos originarem-se de gastos presentes, passados ou futuros".

Assim, pode-se entender por despesa todas as saídas de recursos da entidade que foram totalmente absorvidas no processo de gerar receitas.

Pesquisadores têm-se preocupado em ampliar o conceito de despesa, vislumbrando abranger, inclusive, os custos operacionais de produção de bens ou serviços vendidos. É importante observar que os relatórios de resultado, normalmente, apresentam as despesas de fabricação relativas aos produtos vendidos como custo dos produtos vendidos. Sob o ponto de vista pragmático, este procedimento é amplamente aceito por facilitar a análise do resultado bruto em relação às demais despesas.

Pode-se afirmar que, inicialmente, todos os bens e serviços são ativos, mas somente alguns desses ativos podem ser reconhecidos como despesas imediatamente. Alguns ativos, a exemplo de mão-de-obra direta, que participam do ato de produção de um bem qualquer, somente serão reconhecidos como despesa após a venda do bem produzido.

As despesas incorridas em uma empresa provocam, obviamente, um decréscimo do Patrimônio Líquido. Este decréscimo está, na maioria das vezes, retratado no fluxo de caixa (saídas) e refere-se, normalmente, ao uso de bens e serviços, objetivando o atingimento dos fins colimados.

(*) Ibidem, p.421

Na aquisição desses bens ou serviços que se destinam à operação de um negócio, podem ocorrer dois fatos distintos:

- a. Uso de bens ou serviços imediatamente (no período corrente).
- b. Uso dos bens ou serviços em períodos futuros, de uma só vez, ou em partes. No caso de uso parcelado, os gastos seriam ativados e reconhecidos como despesa no período em que fossem efetivamente utilizados.

A ocorrência de despesas pode dar-se em três níveis temporais, a saber:

- . passado - despesas ocorridas em exercícios anteriores, reconhecidas, entretanto, no período presente;
- . presente - são as despesas do período corrente; e
- . futuro - referem-se às despesas reconhecidas através de estimativas, ou as despesas contraídas para produções futuras.

CONFRONTAÇÃO DA DESPESA COM A RECEITA

Uma empresa, ao desempenhar as suas atividades, incorre em despesas (uso de bens e serviços) que, em essência, representam o esforço por ela desenvolvido na criação de receita. O montante da despesa de um determinado período indica o esforço desenvolvido pela entidade para atingir sua meta de lucro.

A diferença entre a mensuração desse esforço (despesas) e da realização da empresa (receitas), indica a eficácia gerencial (resultado líquido). Esta visão comportamental é amplamente aceita pela comunidade contábil e é conhecida como visão comportamental da despesa.

A fim de se proceder à mensuração supracitada, em um dado período, é necessário dispor-se de um conjunto de regras de reconhecimento que auxilie os contadores a identificar o uso de ativos e serviços na prática. Essas regras são chamadas de princípio de confrontação.

Não obstante, o princípio de confrontação já tenha sido alvo de comentários no item: "A Influência dos Princípios Contábeis no Resultado -Confrontação da Receita com a despesa e Competência de Exercícios", neste capítulo julgou-se necessária a retomada do assunto em decorrência do grau de associação das despesas com as receitas.

O procedimento normal em contabilidade é primeiro determinar-se a receita e depois confrontá-la com as despesas a ela vinculadas direta ou indiretamente. Entretanto, essa confrontação nem sempre se constitui numa tarefa fácil, pois, em alguns casos, a relação entre despesa e receita de um período é bastante complexa.

Com vistas a superar esses obstáculos, existem três procedimentos básicos de confrontação sobre os quais os contadores podem se apoiar:

- " a. associação causa e efeito;
- b. alocação sistemática e racional; e
- c. reconhecimento imediato" (*)

A associação de causa e efeito constitui-se no caminho ideal para confrontar-se despesas e receitas. Entretanto, este procedimento só pode ser utilizado quando existir uma clara correlação entre o esforço (despesa) desenvolvido pela empresa, e o conseqüente benefício gerado (receita), o que Hendriksen denomina de confrontação direta.

O segundo procedimento básico (alocação sistemática e racional) é utilizado quando a correlação acima referida não pode ser efetuada diretamente e quando determinados gastos contribuem para a geração de benefícios em mais de um período.

Pode-se ilustrar a aplicabilidade deste procedimento, partindo-se da premissa de que, não havendo receita, não deve existir despesa, ou seja, os gastos eventualmente incorridos por u-

(*) American Institute of Certified Public Accountants ARP Statement nº 4, in KAM, Vernon, op. cit., p.157

ma empresa, antes dos benefícios gerados (receitas), devem ser ativados e recolhidos como despesa no período em que efetivamente i não gerar receitas.

O terceiro procedimento (reconhecimento imediato) ocorre quando não houver uma justificativa lógica para o uso das regras explicitadas no segundo procedimento básico, ou seja, quando não houver condição de estimar-se em bases razoáveis os benefícios que determinados gastos irão proporcionar, em determinado período de tempo.

III.2.3 - GANHOS E PERDAS

Ganhos e perdas representam, respectivamente, os eventos favoráveis e desfavoráveis não diretamente relacionados com as operações normais das empresas.

Em muitos casos, definir o que é normal ou anormal é difícil, e esta avaliação é de caráter subjetivo para as empresas.

Entretanto, a distinção é válida e útil para a interpretação dos diferentes conceitos de resultado.

O termo "operações normais" refere-se à intenção da empresa em relação às suas atividades importantes e típicas, as quais são regulares e recorrentes. As atividades não operacionais podem ser atípicas e esporádicas.

Por outro lado, as atividades não operativas podem incluir, também, atividades subordinadas de caráter recorrente e que não são relacinadas com objetivos continuados da empresa.

Sobre a questão, Hendriksen^(*) apresenta a colocação proferida por Paton e Littleton:

" Para justificar a segregação como não operativos, os ganhos (e perdas) devem ser claramente extraordinários e só devem estar relacionados de maneira incidental com o propósito reconhecido do negócio".

(*) HENDRIKSEN, Eldon S., op. cit.
p.140

Objetivando melhor entendimento do assunto, achou-se oportuno evidenciar as definições de ganhos e perdas:

- " um ganho representa um resultado líquido favorável resultante de transações e eventos não relacionados às operações normais do empreendimento" (*)
- " perda é o excesso de toda ou de uma parte do custo dos ativos sobre as receitas respectivas, se existir, quando os itens forem vendidos, abandonados ou totalmente destruídos, em consequência de sinistros ou de alguma forma baixados".

Por oportuno, é importante dizer que os ganhos e perdas não devem ser denominados, respectivamente, como receitas não operacionais ou extraordinárias, e despesas não operacionais, mas sim como ganhos e perdas extraordinários, em virtude de definição aceita de receita.

No que concerne ao conceito de ganhos, constata-se um consenso maior entre autores, principalmente, no que tange às observações de sua aplicabilidade quando da ocorrência de operações extraordinárias das entidades.

Para Hendriksen^(**), "ganhos" representam eventos favoráveis não diretamente relacionados com a produção normal de receitas das empresas. Adiante, porém, o autor coloca que a maior dificuldade consiste em distinguir o que é normal e o que é extraordinário na vida das entidades.

Segundo KAM^(***), "ganhos são aumentos em ativos líquidos, provenientes de operações periféricas ou incidentais, e de outros eventos que podem estar em grande parte além do controle da firma".

(*) IUDICIBUS, Sérgio de, op. cit., p.140

(**) HENDRIKSEN, Eldon S., op. Cit., p.201

(***) KAM, Vernon, op.cit., p.174

Por seu turno, Most^(*) apresenta o conceito fornecido pela FASB:

" Ganhos são acréscimos nos direitos (ativos líquidos) provenientes de transações periféricas ou incidentais de uma entidade e de todos os outros eventos e circunstâncias que afetam a entidade durante o período, exceto aqueles que resultam de receitas ou investimentos pelos proprietários."

Face ao exposto, verifica-se que não permanecem dúvidas relevantes quanto ao aspecto conceitual, porém, podem emergir discussões sobre as delimitações de operações consideradas normais, periféricas ou incidentais da entidade.

Com relação às perdas, podem ser entendidas como eventos líquidos desfavoráveis, que nascem de atividades não geradoras de receitas normais da entidade. Entendem-se como eventos líquidos desfavoráveis aquelas ocorrências não usuais, dissociadas das operações centrais da entidade.

O FASB^(**) conceitua "perdas" como:

" Decréscimos pela participação de transações periféricas ou incidentais de uma entidade, e de outras transações ou outros eventos e circunstâncias, afetando a entidade durante um período, exceto aqueles que resultam de despesas ou distribuição para proprietários."

(*) MOST, K.S., Op. cit., p.422

(**) in MOST, K.S., Op. cit., p.422

Hendriksen^(*) observa que:

" A parte básica da definição de perdas é que estas representam expirações de valores não relacionados com as operações normais de algum período. É que elas resultam de estranhos e exógenos eventos que não são recorrentes ou antecipados como necessários no processo de produção de receitas."

Objetivamente, KAM^(**) coloca que a "perda" é simplesmente uma dedução de valor sem benefício correspondente. Esta dedução deve ser entendida como a redução de ativos ou acréscimos de passivos, proveniente de operações extraordinárias, das quais a entidade não obtém benefício algum.

Pode-se inferir, com base no exposto, que as perdas diferem das despesas pela sua característica extraordinária às operações normais da organização. Porém, a principal dificuldade reside na separação do que se pode considerar atividade normal ou extraordinária em seu limite conceitual, uma vez que a diferenciação está no campo da subjetividade, não existindo uma técnica objetiva que auxilie na sua delimitação.

Ainda, cumpre informar que, quanto ao momento de reconhecimento dos ganhos, o processo é semelhante ao da receita, o mesmo acontecendo com as perdas, cujo processo é idêntico ao da despesa.

ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segundo Walter^(***), a Demonstração do Resultado do Exercício, de acordo com a Lei 6.404/76, possui a seguinte estrutura:

(*) HENDRIKSEN, Eldon.S., Op.Cit., p.204

(**) KAM, Vernon, Op. Cit., p.214

(***) WALTER, Milton Augusto e outros, Normas Contábeis e Demonstrações Financeiras, Assemp. - Soc. Civil de Empresas Ltda, Rio de Janeiro, 1ª Edição, 1977 - p. 99.

" Receita Bruta de Vendas e Serviços
 (-)Deduções de Vendas, Abatimen-
 tos e Impostos
 = Receita Líquida de Vendas e
 Serviços
 (-)Custo de Mercadorias e Servi-
 ços Vendidos
 = Lucro Operacional Bruto
 (-)Despesas Operacionais
 = Lucro Operacional Líquido
 (+)Receita Não Operacional
 (-)Despesas Não Operacionais
 (-)Provisões Constituídas
 (+)Reversões de Provisões
 (±)Saldo de Conta de Resultado
 de Correção Monetária do A-
 tivo Permanente e Patrimônio
 Líquido
 = Resultado Líquido do Exercício
 (-)Prejuízos Acumulados
 (-)Provisão para Imposto de Renda
 = Resultado Líquido do Exercício
 Depois do Imposto de Renda
 (-)Participações a Debenturistas,
 Empregados, Administradoras e
 Titulares de Partes Beneficiá-
 rias
 (-)Contribuições para Institui-
 ções ou Fundo de Assistência
 ou Previdências dos Emprega-
 dos
 = Lucro Líquido do Exercício
 (NCz\$ por Ação do Capital)."

III.3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (PL)

A regra estabelecida pelo artigo 186, § 2º da Lei 6.404/76 é que a companhia poderá elaborar e publicar a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ao invés da Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. Ou uma ou outra poderá ser apresentada, observando-se, porém, que na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deverão estar incluídos todos os detalhes exigido na Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, na forma descrita no Caput do artigo 186, alíneas I, II e III e § 1º e 2º da citada Lei das Sociedades por Ações.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido visa refletir as modificações sofridas por todos os itens componentes do Patrimônio Líquido das Sociedades por Ações durante o exercício social.

A demonstração em questão, apesar de não obrigatória, é de muita utilidade, uma vez que permite verificar a movimentação ocorrida, durante o exercício social, nas diversas contas do Patrimônio Líquido, possibilitando uma clara visão do fluxo monetário de cada acréscimo ou diminuição ocorridos.

É necessário frisar que essa demonstração constitui-se em informação complementar aos dados constantes do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, fornecendo detalhes importantes às empresas que possuam Patrimônio Líquido com posto por diversas contas nas quais ocorram grande número de transações.

Ademais, a elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é de significativa importância, pois:

- indicará com precisão a formação e a utilização das reservas;
- auxiliará no cálculo dos dividendos obrigatórios;
- ajudará sobremaneira na elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR; e
- facilitará às empresas que avaliam os investimentos permanentes pelo método de equivalência patrimonial.

As mutações que podem ocorrer nas contas componentes do Patrimônio Líquido provocam variações em decorrência de inúmeros motivos, classificados em dois grupos: o primeiro compreendendo itens que afetam o valor total do Patrimônio Líquido, e o segundo aqueles que não apresentam essa característica.

a. Itens que afetam o valor total do Patrimônio:

- . aumento do valor por correções monetárias das contas do PL;
- . acréscimo por lucro ou diminuição em decorrência de prejuízo líquido ocorrido no exercício;
- . redução por distribuição de dividendos;
- . acréscimo em decorrência de reavaliações de ativos;
- . aumento em consequência de doações e subvenções de investimentos;
- . acréscimo correspondente à subscrição e integralização de capital;
- . aumento em função do recebimento de valor excedente ao valor nominal das ações ou ao preço da emissão das ações sem valor patrimonial;
- . aumento por alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- . acréscimo ou redução em função de ajustes de exercícios anteriores;
- . diminuição por compra de ações próprias ou aumento decorrente de sua posterior venda; e
- . aumento provocado pelo recebimento de prêmio na emissão de debêntures.

b. Itens que não afetam o valor total do Patrimônio:

- . elevação do capital com utilização de lucros e reservas;
- . apropriações do Lucro Líquido do exercício, diminuindo a conta de Lucros Acumulados para constituição ou elevação de reservas de lucros.

- . reversões de reservas mediante a transferência para a conta de Lucros e Prejuízos Acumulados; e
- . compensação de prejuízos com utilização de reservas.

Segundo FLORENTINO^(*), os fluxos e movimentos patrimoniais, em relação a todo o passivo (Exigível e Patrimônio Líquido), são assim classificados: fluxos de alimentação patrimonial e fluxos de evasão patrimonial, movimentos grupais do patrimônio e movimentos subgrupais do patrimônio.

Os fluxos de alimentação patrimonial são:

- entradas de capitais próprios;
- correções monetárias ou valorizações de capitais próprios;
- entrada ou formação de capitais alheios;
- diferença entre Receita e a Despesa, favorável à Receita, enquanto não se apura o resultado do exercício social;
- lucros apurados a distribuir, enquanto não distribuídos; e
- lucros apurados e incorporados.

Como fluxos de evasão patrimonial:

- devolução de capitais próprios com restituição de bens ou valores do Ativo Permanente imobilizado;
- devolução de capitais próprios com restituição a dinheiro, ou com restituição de bens e direitos do Ativo Circulante;
- resgate ou liquidação de capitais alheios a longo prazo, com restituição de bens ou valores do Ativo Permanente Imobilizado;
- resgate ou liquidação de capitais alheios a longo prazo, a dinheiro.

(*) FLORENTINO, Américo Matheus, Normas Técnicas de Contabilidade, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1ª Ed., Rio de Janeiro, 1987, p.11-13

- resgate ou liquidação de capitais alheios a curto e a médio prazos, com entrega de bens ou valores do Ativo Permanente Imobilizado;
- resgate ou liquidação de capitais alheios a curto e médio prazos, a dinheiro, ou com entrega de bens e direito do Ativo Circulante;
- formação de ativos pendentes irrecuperáveis, ou formação de prejuízos (Despesas maior que a Receita);
- distribuição de lucro.

Os movimentos grupais do patrimônio consistem em movimentações internas, entre valores já existentes:

- do Ativo Permanente para o Ativo Circulante;
- do Ativo Circulante para o Ativo Fixo;
- dos capitais alheios para os capitais próprios;
- dos capitais próprios para os alheios.

Os movimentos subgrupais do patrimônio constituem-se em movimentações internas, entre valores já existentes, idênticos aos movimentos grupais do patrimônio:

- formação de Ativo Permanente de participação societária;
- formação de ativos extra-operacionais;
- acumulações exageradas de valores em uma ou algumas das faixas do Ativo Circulante: acúmulo de valores em produção, acúmulo de estoques, acúmulo de faturamento a receber;
- período de transformação de lucros incorporados e reservas em capital adicional;
- períodos de transformação de capitais alheios de curto prazo, em longo prazo, quando ocorrem situações de dificuldades financeiras ou de concordatas;

- períodos de transformações de parcelas de capitais alheios a longo prazo, em parcelas a curto prazo, pelas maturações das dívidas.

O Patrimônio de uma empresa pode ser visto ainda sob dois aspectos: o primeiro se constitui no patrimônio bruto, representado pelos recursos totais colocados à disposição da empresa, e o segundo pelo Patrimônio Líquido, representado apenas pelo volume dos capitais próprios existentes na empresa.

É importante frisar que, na abordagem do autor retro-mencionado, o assunto dos fluxos e movimentos patrimoniais foi enfocado sob o ponto de vista do Patrimônio Bruto.

É oportuno, ainda, dizer que, não obstante o assunto que nos interessa no momento, se restringir apenas às mutações do Patrimônio Líquido, transcrevemos o enfoque do Professor Américo Matheus Florentino de forma abrangente. Todavia, recomenda-se maior atenção aos fluxos e movimentos patrimoniais que envolvem o Patrimônio Líquido, uma vez que nessa parte as suposições propostas possuem conteúdo de significativa importância.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pode ser elaborada de forma detalhada ou sumarizada, mas é importante lembrar que deverá possuir no mínimo todas as informações exigidas para a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Os somatórios das contas integrantes da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no início e no fim do período deverão coincidir com os representados pelos saldos do Balanço Patrimonial nos mesmos períodos.

WALTER^(*) sugere a seguinte estrutura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(*) WALTER, Milton Augusto, e outros, Op. Cit., p.138

III.4 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos

A Lei 6.404/76 determinou a elaboração por todas as companhias abertas e pelas sociedades fechadas, com Patrimônio Líquido maior que um determinado valor, da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR.

Vale dizer que a DOAR para fins de evidenciação deveria ser elaborada em moeda constante, ou seja, em moeda da data do encerramento do exercício.

A Legislação Brasileira, com a adoção da DOAR, perseque os seguintes objetivos:

- . identificar, resumidamente, as fontes de recursos responsáveis pelas alterações no capital de giro, e onde esses recursos foram aplicados durante um determinado período de tempo;
- . completar a divulgação sobre a posição financeira e sobre os resultados das operações durante o mesmo período de tempo;
- . orientar os que dela se utilizam, incluindo administradores, investidores e credores, na tomada de decisões de ordem econômica e financeira referentes ao empreendimento.

As origens de recursos correspondem ao aumento no Capital Circulante Líquido e são decorrentes de:

- . operações próprias - lucro líquido do exercício;
- . dos acionistas - aumentos de capital integralizados pelos acionistas no período; e
- . de terceiros - empréstimo de longo prazo, venda à vista de bens do Ativo Permanente e transformação de Realizável a Longo Prazo em Ativo Circulante.

As aplicações de recursos correspondem às diminuições do Capital Circulante Líquido, sendo as mais comuns:

- . inversões em Ativo Permanente - aquisição de bens do Imobilizado, aquisição de investimentos permanentes em outras sociedades e aplicações de recursos no ativo diferido;
- . pagamento de empréstimo de longo prazo; e
- . remuneração de acionistas.

Além das origens e aplicações retromencionadas, há outras transações que não afetam o Capital Circulante Líquido, mas que são representadas no DOAR como origens e aplicações, simultaneamente, sendo as mais comuns:

- . aquisição de bens do Ativo Permanente, pagável a longo prazo;
- . conversão de empréstimo de longo prazo em capital;
- . integralização de capital em bens do Ativo Permanente; e
- . venda de Ativo Permanente a Longo Prazo.

Em conformidade com o artido 188 da Lei das Sociedades por Ações, a forma de apresentação deve ser a seguinte:

- . Origem dos Recursos;
- . Aplicações dos Recursos;
- . Aumento ou redução no Capital Circulante Líquido (diferença entre o total das origens e o total das aplicações); e
- . Saldo inicial e final do Capital Circulante Líquido e variações durante o exercício.

Vale registrar que a legislação, no item relativo às origens, provenientes das operações da empresa, determina que o lucro líquido do exercício deve ser acrescido de depreciação, amortização ou exaustão, uma vez que não afetam o capital circulante líquido por se constituir em despesas escriturais.

A depreciação, a amortização e a exaustão são despesas do exercício que diminuem o resultado mas não reduzem o capital circulante líquido, já que representam reduções do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido. Assim, o valor desses itens contabilizados no exercício deve ser adicionado ao lucro líquido, visando a apuração do valor efetivo de recursos, gerados pelas próprias operações, já que os desembolsos pela aquisição do Ativo Permanente, que está sendo depreciado, amortizado ou exaurido, são considerados como uma aplicação num exercício passado.

Quanto à variação nos resultados de exercícios futuros, esta representa lucros ou prejuízos que, pelo regime de competência, pertencem a exercícios futuros, mas que já afetaram o Capital Circulante Líquido. Se o saldo dessa conta aumentar, significa que a empresa recebeu um valor não registrado como receita, representando um recebimento originário de operações da empresa, que deve ser adicionado ao lucro líquido do exercício. Se houver, porém, redução do saldo, o valor correspondente deve ser diminuído do lucro.

Existem outros itens que, embora não tenham sido citados na Lei, merecem o mesmo tratamento, diminuindo ou aumentando o lucro líquido, já que afetam o capital circulante líquido. Como exemplo, pode-se citar o saldo líquido da correção monetária, lucro ou prejuízo registrado pelo método de equivalência patrimonial para investimentos em coligadas e controladas, ajustes de exercícios anteriores e variações monetárias de dívidas vencíveis a longo prazo.

Vale dizer, ainda, que quando a empresa apresenta um prejuízo no exercício, o mesmo deve ser considerado uma aplicação. Se a empresa, porém, apresenta prejuízo e, em decorrência dos ajustes mencionados, o resultado tornar-se positivo, o montante apurado deve ser considerado uma origem. Pode ocorrer, também, o inverso: a empresa tem lucro e, após os ajustes, o resultado passa a ser negativo. Nesse caso, o lucro e os respectivos ajustes devem aparecer no grupamento das aplicações.

WALTER^(*) apresenta como modelo de Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, o seguinte:

1. ORIGENS DE RECURSOS

1.1 - Lucro Líquido do Exercício

1.2 - (+) Depreciação, Amortização ou Exaustão

1.3 - (+) ou (-) Variação no Resultado de Exercícios Futuros

(*) Ibidem, p.149

1.4 - Realização do Capital Social

1.5 - Contribuições para Reserva de Capital e de Re-avaliação

1.6 - Recursos Originários de

1.6.1 - do aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo

1.6.2 - da redução Ativo Realizável a Longo Prazo

1.6.3 - da alienação de investimentos

1.6.4 - da alienação de direitos do ativo imobilizado

TOTAL DAS ORIGENS

2. APLICAÇÕES DE RECURSOS

2.1 - Dividendos Distribuídos

2.2 - Aquisição de Direitos do Ativo Imobilizado

2.3 - Aumento de Aplicações no

2.3.1 - Ativo Realizável a Longo Prazo

2.3.2 - Investimentos

2.3.3 - Ativo Diferido

2.4 - Redução do Passivo Exigível a Longo Prazo

TOTAL DAS APLICAÇÕES

3. AUMENTO OU REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

4. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

COMPONENTE	Início Exerc.	Fim Exerc.	Variações
4.1 - Ativo Circulante	_____	_____	_____
4.2 - Passivo Circulante	_____	_____	_____
4.3 - Capital Circulante Líquido	_____	_____	_____

A partir das informações e comentários sobre a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, conclui-se que a demonstração instituída pela legislação comercial em vigor nada mais é o que um Fluxo de Capital de Giro Líquido.

É oportuno dizer que a DOAR (Fluxo de Capital de Giro Líquido) nem sempre consegue dar informações completas a respeito da posição financeira e do fluxo de capitais de uma empresa.

É importante frisar que a DOAR é muito criticada por estudiosos do assunto por ser de absoluta falta de utilidade, quando elaborada pelas sociedades fechadas em decorrência da diferenciação do valor da moeda nos diferentes períodos dado a inflação. Entretanto quando feita para as sociedades abertas se tornam mais úteis para fins de evidenciação, uma vez que são contempladas pela chamada correção integral do balanço.

Sobre o assunto, convém lembrar que existem muitas espécies de fluxo de fundos, como: fluxo de caixa monetário de curto prazo, fluxo de ativo monetário líquido, fluxo de fundos baseado em todos os recursos financeiros e fluxo de fundos baseados em todos os acontecimentos importantes.

Nesse contexto, o conhecimento e análise do capital de giro assumem um papel de elevada importância, visto que pode permitir a identificação de causas e efeitos, decorrentes das modificações na posição financeira de uma entidade, relacionadas à solvência, liquidez e flexibilidade financeira.

III.5 - Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

EXIGÊNCIA LEGAL

A expressão "Notas Explicativas" como representativa do conjunto de informações demonstradas usualmente no rodapé do Balanço Patrimonial, e Demonstração do Resultado do Exercício, está consagrada.

Em decorrência da necessidade de acionistas, investidores e público em geral serem informados, de forma ampla, a respeito da situação patrimonial, econômica e financeira das empresas que possuam ações de sua emissão, cotadas em bolsa ou no mercado de balcão, as Demonstrações Contábeis devem ser complementadas por Notas Explicativas sobre os critérios de avaliação dos componentes patrimoniais e de resultado e outros tipos de informações.

A Lei das Sociedades por Ações, conforme o art.176, § 4º, determina que as demonstrações contábeis serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos e outras de

monstrações contábeis adicionais necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

De forma expressa, na legislação comercial brasileira, as Notas Explicativas deverão indicar:

- a. critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente de (art. 176, §5º, "a"):
 - estoques
 - depreciação, amortização e exaustão
 - provisão para encargos ou riscos e ajuste para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b. investimentos em outras sociedades quando relevantes (art.176, §5º, "b");
- c. aumento do valor dos elementos do Ativo resultante de novas avaliações (art. 176, §5º, "c");
- d. ônus reais constituídos sobre elementos do Ativo, garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingências (art. 165, §5º, "d");
- e. taxa de juros, data de vencimento e garantias das obrigações assumidas a longo prazo (art. 176, §5º, "e");
- f. número, espécie e classe das ações que compõem o Capital Social (art. 176, §5º, "f");
- g. opção de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício (art. 176, §5º, "g");
- h. ajuste de exercícios anteriores, considerado o que decorrer de efeitos de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possa ser atribuído a fatos subseqüentes (art. 176, §5º, "h");
- i. eventos subseqüentes à data de encerramento do exercício que tenham ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e resultado da empresa (art. 176, §5º, "i");
- J. indicação de exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis de efeitos relevantes (art. 177, §1º);

1. avaliação dos direitos, títulos de crédito e quaisquer valores mobiliários não classificados como investimentos, no Ativo Permanente, pelo custo de aquisição ou valor de mercado, se este for menor (art. 183, Inciso I).
Por outro lado, não avaliado pelo critério retromencionado, será admitido o aumento do custo de aquisição até o limite do valor de mercado através de ajuste de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos (art. 183, Inciso I);
- m. os direitos que tiveram por objeto os bens de estoque, seja de matérias-primas, produtos em fase de fabricação, produtos elaborados, mercadorias para revenda, a sua avaliação será feita pelo custo de aquisição ou de fabricação, deduzida da provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior (art. 183, Inciso II);
- n. os investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado o disposto nos artigos 248 a 250, pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas prováveis na realização de seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente e que não será modificada com o recebimento, sem custo para a empresa, de ações ou quotas bonificadas (art. 183, Inciso III);
- o. demais investimentos pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para atender a perdas prováveis na realização de seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior (art. 183, Inciso IV);
- p. bens e direitos do Ativo Imobilizado pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão (art. 183, Inciso V);
- q. ativo diferido pelo valor do capital aplicado, deduzido do saldo das contas que registrem a sua amortização (art. 183, Inciso VI);
- r. as obrigações, encargos e riscos, conhecidos e calculáveis, inclusive imposto de renda a pagar, com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do encerramento do Balanço Geral (art. 184, Inciso I);

- s. as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data de encerramento do Balanço Geral (art. 184, Inciso II);
- t. as obrigações sujeitas à correção monetária serão atualizadas até a data de encerramento do Balanço Geral (art. 184, Inciso III).

Carecem ainda de citação as seguintes considerações adicionais à Lei das Sociedades por ações:

- para os efeitos do artigo 183 da Lei 6.404/76, considera-se valor de mercado de matérias-primas e outros bens de estoque, o preço pelo qual possam ser repostos mediante nova compra no mercado (art. 183, §1º, letras "a" e "b"); e
- o preço de mercado para os investimentos será o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros (art. 183, §1º, letra "c").

Deverá, também, ser ressaltado nas Notas Explicativas que a escrituração da Companhia foi processada em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da Lei 6.404/76 e, ainda, aos princípios de contabilidade geralmente aceitos (art. 177).

Deverá ser enunciado nas Notas Explicativas se a empresa observou ou não os critérios contábeis uniformes no tempo e o regime de competência (art. 177).

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis de uma entidade, apresentando-se, normalmente, de forma técnica e em grafia reduzida. As Notas Explicativas constituem-se num dos meios para que o contador amplie ou explique determinados itens apresentados no corpo dos demonstrativos contábeis. Recomenda-se que as informações apresentadas, referentes aos itens espe

cíficos dos demonstrativos contábeis, caracterizem-se pelo aspecto narrativo de elementos qualitativos, sendo que os dados de natureza quantitativa poderão ser melhor alocados em quadros anexos aos demonstrativos contábeis.

Hendriksen cita como os tipos mais comuns de Notas Explicativas as seguintes:

- "A. Explicações técnicas ou mudanças nos métodos;
- B. Explicações sobre direitos de credores a ativos específicos ou direitos de propriedade;
- C. Evidenciação de ativos ou passivos contingentes;
- D. Evidenciação de restrições para pagamento de dividendos;
- E. Descrições de transações que afetam o capital e os direitos dos acionistas; e
- F. Descrição de contratos." (*)

Como se pode verificar, muitos dos eventos que normalmente são alocados em Notas Explicativas possuem a característica de refletirem aspectos quantitativos e não qualitativos, e por este motivo deveriam ser excluídos das Notas Explicativas, e realocados em quadros anexos aos demonstrativos contábeis, pois "infelizmente, as Notas Explicativas acabaram descambiando para substitutos de itens das demonstrações contábeis; a possibilidade de se evitar uma decisão contábil através da simples apresentação do item numa Nota Explicativa funcionou como um freio no impulso de modernização dos demonstrativos." (**)

Existem dois itens que se destacam como integrantes das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, são eles: Evidenciação de Contingências e Políticas Contábeis.

a. Evidenciação de Contingências

As entidades, em algumas oportunidades, possuem informações relevantes de eventos que podem ou não ocorrer no futuro. Tais eventos, por possuírem a característica de dúvida quanto à sua efetiva realização, são denominados de contingências.

(*) HENDRIKSEN, Eldon S., op. cit., pag. 517

(**) MOST, K. S., op. cit., pag. 190

As contingências poderão gerar perdas ou ganhos que não estão incluídos no corpo dos demonstrativos contábeis, tais como: ações judiciais favoráveis ou não, possíveis cancelamentos de serviços, ações movidas contra a entidade por poluição ambiental e processos de recuperação de impostos.

Como se pode observar, a evidenciação de tais transações pode afetar a decisão dos usuários. Cabe salientar que tais perspectivas devem ser evidenciadas em Notas Explicativas.

b. Políticas Contábeis

As políticas contábeis de uma determinada entidade são o conjunto de princípios e métodos contábeis nela vigentes, num espaço de tempo qualquer, considerados mais apropriados para refletir corretamente suas operações nos demonstrativos contábeis. A "Accounting Principles Board" (APB), em sua opinião nº 22, enfatiza que a informação sobre as políticas contábeis, adotada e seguida por uma entidade, é essencial aos usuários dos demonstrativos contábeis no seu processo decisório. Recomenda-se que seja também apresentado, como parte integrante das Notas Explicativas, um relatório que identifique as políticas contábeis adotadas e seguidas pela entidade.

Explanando a importância do assunto, Jaramillo diz o seguinte:

"A evidenciação das políticas contábeis dará mais elementos para a análise e interpretação do usuário, o qual poderá julgar a limitação ou importância dos dados". (*)

Com relação aos itens: Informação Suplementar e Quadros Suplementares, a prática no Brasil consagra que os referidos são apresentados, normalmente, dentro das Notas Explicativas. Entretanto, alguns autores argumentam que não deveriam fazer parte das Notas Explicativas e defendem que os Quadros Suplementares e Informação Suplementar devem ser apresentados como sendo outros relatórios.

A excessão de inclusão nas Notas Explicativas se verifica

(*) JARAMILLO, Horácio Aguiar, Contaduria, Universidade de Antioquia, nº 8 - marzo de 1986, p.80.

na Informação Suplementar - Previsões, que são colocadas, normalmente, no Relatório da Diretoria, em nosso País.

Todavia, não obstante essa discrepância existente, optou-se por incluir, ainda neste tópico de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, os comentários a respeito de Informação Suplementar e Quadros Suplementares, a seguir:

a. Informação Suplementar

A informação suplementar pode incluir informações que apresentem uma perspectiva diferente daquela adotada nos demonstrativos contábeis. Hendriksen enfatiza as informações suplementares como aquelas que:

"geralmente apresentam informações adicionais ou organizadas de diferentes maneiras, com um grau de detalhamento menor. Uma vez que elas não são necessariamente incluídas nos relatórios dos auditores independentes, elas podem ser usadas como método no desenvolvimento e experimentações como novas exibições e relatórios". (*)

As informações suplementares têm como objetivo evidenciar informações qualitativas e quantitativas que, por sua relevância, possam contribuir e auxiliar os usuários dos demonstrativos contábeis no seu processo de tomada de decisão. As informações suplementares também objetivam a elucidação de dados constantes nas demonstrações contábeis para os quais exista uma maior necessidade de esclarecimentos.

As informações suplementares devem ser usadas como recursos adicionais, não devendo ser meras repetições de dados já constantes nos demonstrativos contábeis.

Dentre outras Informações Suplementares, destacam-se al-

(*) HENDRIKSEN, Eldon S., Op. cit., p.521

guns esclarecimentos adicionais, como sejam:

- RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ENTIDADES
- RESPONSABILIDADES DOS GERENTES
- PREVISÕES

b. Quadros Suplementares

Segundo **Iudícibus**: "Apresentam detalhes de itens que constam dos demonstrativos formais que não seriam cabíveis no corpo destes". (*)

Esses itens, apresentados nos Quadros Suplementares, normalmente, devem possuir características quantitativas.

A seguir, relacionam-se alguns tipos de Quadros Suplementares, cuja titulação indica as suas composições:

- FONTES DE FINANCIAMENTO
- CONTROLE ACIONÁRIO E DEBÊNTURES
- RELATÓRIOS PARA COMPANHIAS DIVERSIFICADAS

(*) **IUDICIBUS**, Sérgio de, Op. Cit., p.-94

CAPÍTULO IV

EVIDENCIAÇÃO - O PRINCIPAL OBJETIVO
DA CONTABILIDADE

IV - EVIDENCIAÇÃO - O PRINCIPAL OBJETIVO DA CONTABILIDADE

Dentre os objetivos da contabilidade, sobressai, sem dúvida, o que considera como um instrumento eficaz destinado a prestar informações relevantes aos diversos tipos de usuários, como respaldo às suas decisões e prospecções.

Os relatórios contábeis são os mais conhecidos e reconhecidos instrumentos de comunicação entre empresas e usuários, pois são produzidos com base em registros que, objetivamente, traduzem os fatos e permitem uma adequada evidenciação, obedecendo a regras preestabelecidas, exigidas pela contabilidade.

Constata-se que a evidenciação constitui-se em instrumento de elevada importância para a contabilidade, confundindo-se com seu próprio objetivo, que é prover informações relevantes aos seus usuários, de forma a lhes propiciar uma base adequada para suas análises e tomada de decisões.

Em que pese a evidenciação revestir-se de elevada importância, não tem sido a mesma objeto de um adequado estudo por parte dos autores nacionais, no sentido de conscientizar os profissionais da área contábil seu implícito e verdadeiro valor no âmbito da Teoria Contábil.

A otimização do processo de comunicação que se dá entre o transmissor (é representado pelas empresas) e os receptores (representados pelos diversos usuários) requer um minucioso exame de uma multiplicidade de fatores, que se acha vinculado à oportu-

nidade e conteúdo da evidenciação, inclusive a identificação do perfil dos usuários e seus modelos decisórios.

IV.1 - Identificação e Características Essenciais da Informação Contábil

O suprimento de informações aos usuários para a tomada de decisões é o principal objetivo dos relatórios, exigindo-se, para tanto, a utilização adequada de dados que tornem a evidenciação eficaz e objetiva.

A evidenciação não constitui um princípio de contabilidade, sobrepõe-se aos princípios, dado a sua importância por essa característica de satisfazer os usuários de forma imediata em suas necessidades informativas para a tomada de decisões importantes.

Vários aspectos devem ser levados em conta, como o que se refere à qualificação do perfil dos receptores da informação e em relação à quantificação de informações a serem evidenciadas e as características essenciais das informações contábeis. Quanto a estas, pode-se citar as seguintes: relevância, materialidade, confiabilidade, objetividade e conservadorismo.

a. Relevância

A identificação dos usuários das informações contábeis servirá para direcionar os propósitos dos usuários. Tal identificação decorre da necessidade de determinar a informação a ser evidenciada, com base em sua relevância, dando a preocupação com o aspecto qualitativo da informação contábil.

b. Materialidade

A materialidade está associada à relevância, embora nem sempre o que é relevante seja material. Enquanto a materialidade é considerada como uma característica quantitativa, a relevância é vista sob o aspecto qualitativo da informação.

O conceito de materialidade permite que se avalie o grau de importância dos dados que devem constar dos relatórios, evitando-se, com isso, considerações sobre problemas triviais ou a apresentação de grande número de dados sem importância para os usu

ários, que só tendem a dificultar a estes o processo de tomada de decisão.

c. Confiabilidade

Um dos requisitos mais importante de um relatório contábil é a descrição quantitativa de eventos e objetos de forma adequada e confiável. De conformidade com o FASB (*), a confiabilidade é formada de três elementos: exatidão, verificabilidade e neutralidade. A exatidão, o mais significativo, representa a correspondência que deve existir em uma medida ou descrição e o evento ou objeto econômico. Os objetos são os ativos e passivos, enquanto os eventos podem ser representados pelas receitas, despesas, perdas e ganhos, que provocam mudanças nos objetos.

d. Objetividade

Para a existência, em Contabilidade, de informações objetivas, necessário se faz que haja um julgamento adequado de situações que possam acarretar o surgimento de dados imprecisos. Para garantir a objetividade, deve a empresa estabelecer dispositivos de controle que eliminem as imperfeições no processo de mensuração e as tendenciosidades pessoais.

e. Conservadorismo

O princípio do conservadorismo deve ser aplicado sempre que, em relação a decisões que se tomem sobre a avaliação de itens ativos e passivos de balanço, haja uma tendência de otimismo para superavaliação de ativos e subavaliação de passivos. As consequências negativas de avaliações errôneas geram insatisfação dos investidores que reclamam tanto de perdas decorrentes de ativos líquidos superavaliados, quanto da diminuição de valores líquidos de ativos. Embora alvo de críticas, o conservadorismo continua a ser aplicado, dada a constatação de que é prudente usá-lo para lidar com a incerteza.

IV.2 - Conteúdo e Época da Evidenciação

Para se determinar a quantidade e a qualidade das in-

(*) in KAM, Vernon, Op. Cit., p.359.

formações a serem evidenciadas seria necessária a obtenção de informações adicionais acerca dos modelos decisórios dos usuários, direcionando nesse sentido os objetivos da contabilidade. A dificuldade de se estabelecer o perfil adequado dos usuários dos relatórios contábeis em geral não permite a objetividade necessária no fornecimento de dados para evidenciação extraídos da contabilidade.

Dois tipos de informação são identificados quanto à decisão de se estabelecer o que deve ser evidenciado: os de caráter quantitativo e os de espécie qualitativa.

Para que a evidenciação das informações contábeis se torne efetiva em toda a sua extensão e amplitude, é necessário que ela ocorra no momento oportuno, de maneira rápida, de modo a evitar nas tomadas de decisões econômicas a ocorrência de prejuízos. A exatidão e a perfeição deve nortear, portanto, a elaboração e divulgação da informação para o atingimento desse objetivo.

IV.3 - Usuários da Informação

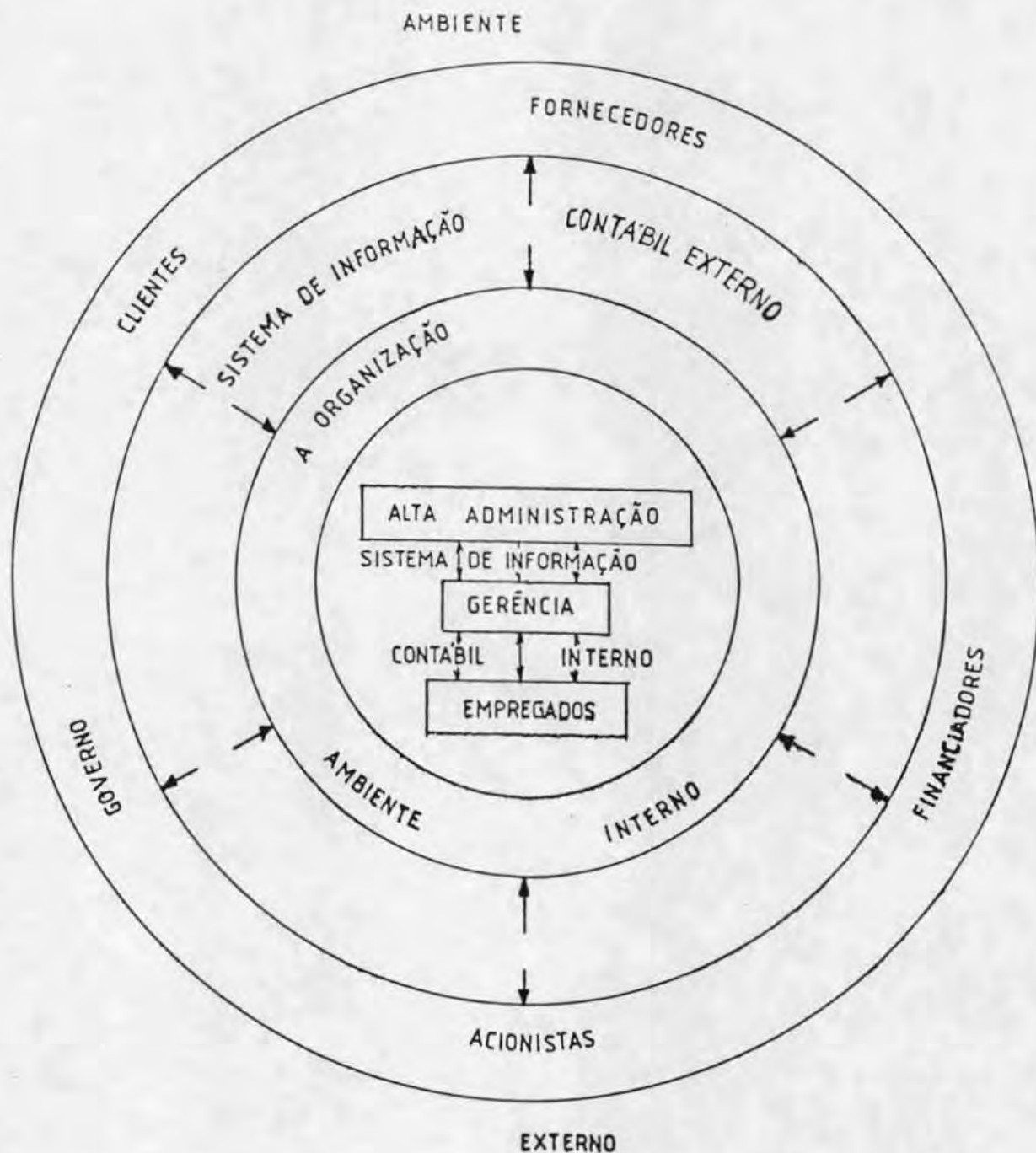
Uma evidenciação adequada somente poderá existir se forem identificadas as necessidades diretas e indiretas dos usuários de informações contábeis.

Segundo Most (*), os usuários das informações podem ser divididos em dois grupos: usuários diretos e usuários indiretos:

"USUÁRIOS DIRETOS	USUÁRIOS INDIRETOS
. Proprietários	. Analistas Financeiros e Consultores
. Credores e Fornecedores	. Mercado de Ações
. Gerentes	. Advogados
. Autoridades Tributárias	. Autoridades Reguladoras
. Empregados	. Imprensa Financeira e Agências Diversas
. Clientes	. Associações Comerciais
	. Sindicatos"

(*) MOST, K. S., Op. Cit., p.133.

O quadro abaixo, sugerido por Gil (*), permite visualizar o interrelacionamento do sistema de informações contábeis e a ambiência interna e externa da empresa.



(*) GIL, A. L., Sistema de Informação Contábil, Ed. Atlas São Paulo - 1ª Edição, 1980, p.19.

IV.4 - Formas de Evidenciação

Uma vez identificados os grupos específicos, seus propósitos e tipos de informação, torna-se necessário que a evidenciação alcance seus objetivos. Deve-se dar a importância devida à forma de apresentação da informação. Esta deve ser inteligível, objetiva e organizada de maneira lógica.

A escolha do método adequado de evidenciação deve ser feita em cada caso, levando em conta a natureza da informação e sua importância relativa.

Diversos são os métodos de evidenciação, sendo em geral adotados os seguintes, segundo Hendriksen (*):

- "a - Forma e disposição das Demonstrações Contábeis tradicionais;
- b - Terminologia e detalhes de apresentação;
- c - Informação entre parênteses;
- d - Notas de rodapé (explicativas);
- e - Quadros e demonstrativos suplementares;
- f - Comentários do Auditor; e
- g - Relatório da diretoria."

Cabe examiná-los um a um, para que sejam melhor entendidos:

a) Formas e disposições das Demonstrações Contábeis Tradicionais

Referem-se aos principais instrumentos de evidenciação da informação contábil, representados pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração de Lucro e Prejuízos Acumulados.

b) Terminologia e Detalhes de Apresentação

As terminologias e os detalhes de apresentação são muito importantes, devendo ser claras, precisas e conhecidas, de modo a induzir o entendimento correto da informação.

(*) HENDRIKSEN, Eldon S., Op. Cit., p.514-5.

c) Informação entre parênteses

É utilizada nas tradicionais Demonstrações Contábeis para melhor explicitar o entendimento de determinado item, devendo ser apresentado de forma curta.

Por exemplo, pode-se utilizá-la para indicar um método de avaliação de determinado item, incluído numa classificação abrangente, tal como o custo de reposição ou valores de realização.

d) Notas de rodapé ou explicativas

São utilizadas para evidenciar informações suplementares, que não podem ser apresentadas, de forma adequada, no corpo das peças contábeis, para não lhes prejudicar a clareza, uma vez que se trata de dados sumarizados.

e) Quadros e demonstrativos suplementares

São utilizados, a exemplo das Notas Explicativas, para evidenciar informações que não podem ser inseridas nas Demonstrações Contábeis, mas que se tornam indispensáveis, sendo normalmente apresentados dentro das próprias Notas Explicativas.

f) Comentários do auditor

Trata-se de uma forma adicional de evidenciação, em geral expressa pelo auditor em seu parecer, de forma a garantir a fidedignidade das informações contidas nos relatórios contábeis através da opinião emitida.

g) Relatório da diretoria

Como forma de evidenciação, embora importante, deve ser lido pelo usuário com certa cautela, pois, em geral, enfocam aspectos ligados à performance gerencial e às perspectivas futuras do empreendimento com otimismo exagerado e uma certa tendenciosidade.

CAPÍTULO V

A PESQUISA DAS ABORDAGENS TEÓRICAS
AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM FUNÇÃO
DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE ENTIDADE

V - A PESQUISA DAS ABORDAGENS TEÓRICAS AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM FUNÇÃO DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE ENTIDADE

A pesquisa sobre as abordagens teóricas do Patrimônio Líquido foi efetuada através de questionários com o intuito de atingir os objetivos previstos: ratificar os conhecimentos das teorias de abordagem ao Patrimônio Líquido por parte dos profissionais envolvidos, questionamento da utilidade dessas abordagens teóricas ao Patrimônio Líquido e a constatação de aplicação prática, além da avaliação do fluxo de informações contábeis entre empresas e usuários.

Assim, elaborou-se um questionário (ver modelo anexo) e distribuiu-se a funcionários graduados de 48 (quarenta e oito) entidades em funcionamento no Brasil.

Após delimitação da pesquisa e o comentário sobre o conteúdo dos questionários, apresenta-se o resultado da presente pesquisa.

V .1 - Delimitações da Pesquisa

A pesquisa, em princípio, visou abranger, indistintamente, as dezesseis espécies de sociedades previstas pela legislação tributária de alçada federal em função de suas formas jurídicas.

O quadro a seguir discrimina os tipos de sociedade em função da natureza jurídica, de acordo com o previsto na orientação contida do MAJUR - Manual de Orientação - Pessoa Jurídica, elaborado pela Secretaria da Receita Federal para o Exercício de 1989, ano base 1988.

NATUREZA JURÍDICA - TIPO	CÓDIGO
. FIRMA INDIVIDUAL	00
. SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01
. SOCIEDADE POR QUOTA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	02
. SOCIEDADE DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03
. SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES	04
. SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES	05
. SOCIEDADE CIVIL (COM FINS LUCRATIVOS)	06
. SOCIEDADE COOPERATIVA)	08
. FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR	09
. EMPRESA PÚBLICA	10
. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	11
. COMPANHIA FECHADA	12
. COMPANHIA ABERTA	13
. OUTRAS NATUREZAS JURÍDICAS	14
. FUNDAÇÃO	15
. ASSOCIAÇÃO	16

É oportuno frisar que as dezesseis espécies de entidades pesquisadas perfaz o total das empresas catalogadas pelo Sistema de Tributação Federal.

Dos tipos de entidades retromencionadas foram excluídas da presente pesquisa 4 (quatro) espécies de natureza jurídica que estão em desuso, razão pela qual existem poucas dessas espécies:

01 - SOCIEDADE EM NOME COLETIVO -

A sociedade em nome coletivo consiste na associação de duas ou mais pessoas, ainda que não comerciantes, mas com propósitos comerciais.

A razão social é, em síntese, constituída do nome de todos os sócios ou de alguns deles, seguido da expressão "& Companhia"

ou, abreviadamente, "& Cia.".

Na sociedade em nome coletivo todos os sócios são responsáveis ilimitada e solidariamente pelas obrigações sociais. Em princípio, todos os sócios são gerentes.

03 - SOCIEDADE DE CAPITAL E INDÚSTRIA

É a espécie de sociedade em que uns sócios ingressam com o capital necessário para a negociação comercial e outros com sua indústria. A expressão "indústria", usada pelo art. 317, do Código Comercial, tem a acepção econômica de trabalho, atividade. O sócio de indústria, dispensa à sociedade a sua técnica, a sua capacidade de trabalho.

04 - SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES

A sociedade em comandita simples ocorre quando duas ou mais pessoas se associam, para fins comerciais, obrigando-se uns como sócios solidários, ilimitadamente responsáveis, e sendo outros prestadores de capitais com a responsabilidade limitada às suas contribuições de capital.

05 - SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES

A sociedade em comandita por ações é uma sociedade comercial híbrida: tem aspectos de comandita e de sociedade anônima. Seu capital é dividido em ações, possuindo duas categorias de sócios acionistas semelhantes aos das comanditas simples.

Também foram excluídas as entidades do código 09 - Filial, Sucursal ou Agência de empresa sediada no exterior, visto que essas estão mais comprometidas com as doutrinas contábeis dos seus países de origem, não interessando, portanto, à nossa pesquisa.

Foi retirada ainda do rol das empresas alvo da pesquisa a de código 14 - Outras Naturezas Jurídicas, por possuir uma classificação genérica.

Em consequência, a aplicação da pesquisa ficou restrita ao estudo das 10 (dez) espécies remanescentes:

- Firma Individual - 00
- Sociedade Por Quota de Responsabilidade Limitada - 02
- Sociedade Civil (com fins lucrativos) - 06
- Sociedade Cooperativa - 08
- Empresa Pública - 10
- Sociedade de Economia Mista - 11
- Companhia Fechada - 12
- Companhia Aberta - 13
- Fundação - 15
- Associação - 16

As entidades previstas na legislação tributária federal- Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - estão sediadas no Brasil, com maior concentração de suas sedes localizadas na Cidade do Rio de Janeiro.

O universo da presente pesquisa, no que tange às firmas investigadas, alcançou, portanto, o número de 48 (quarenta e oito) entidades, uma vez que foram pesquisadas as 10 (dez) espécies de sociedades ou equivalentes, cabendo a quantidade de 05 (cinco) questionários para cada tipo de empresa pesquisada, salvo para as companhias abertas, onde só foi possível pesquisar 3 delas.

Convém salientar que para as Fundações a pesquisa se restringiu às entidades de seguridade privada fechada.

V .2 - Características e Qualidades do Questionário

A pesquisa foi desenvolvida através da utilização de questionário que possui dados bem diferenciados e abrangentes, cujo conteúdo se expõe a seguir:

Na folha de rosto consta o título, os nomes do autor e do professor orientador do projeto da pesquisa.

Dados de Qualificação : Profissional/Empresa

No item um são solicitados o nome e a função do autor das respostas.

Em seguida, deve ser informado o nome e razão social da firma pesquisada.

No terceiro item, consta a indicação da natureza jurídica - tipo de empresa, segundo orientação contida do MAJUR.

A indicação do código de atividade econômica, segundo classificação do Imposto de Renda, deve ser preenchida, de acordo com solicitação constante do item quatro.

Dados de Participação na Receita da Entidade

O item cinco foi utilizado para solicitar, com base no balanço de 31.12.88, informações sobre a participação ou remuneração atribuída aos diversos interessados na entidade:

- Receita	(Clientes)
- Custo de Financiamento - despesas	(credores)
- Acionistas Ordinários/Sócios quotistas - dividendos/distribuição de lucros	(proprietários)
- Acionistas Preferenciais - dividendos	(acionistas)
- Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados - impostos	(governo)
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - impostos	(governo)
- Imposto Sobre Serviços - impostos	(governo)
- Debenturistas - despesas	(credores)
- Despesas Administrativas, com Vendas, Custos e Outros	(fornecedores de mercadorias ou serviços)
- Empregados - Distribuição de Lucros e Salários	(empregados)
- Saldo de Lucros Retidos	
. Reservas de Lucros - formação	(proprietários)
. Lucros Acumulados	(proprietários)

As informações constantes desse item permitem visualizar o fluxo de movimentação de riqueza, tanto do lado da geração (receitas), quanto do lado da saída (despesas e distribuição de lucros). Vale dizer que essas constatações conduzem fatalmente a caracterizar certos grupos de usuários das informações contábeis das empresas pesquisadas.

O item subsequente questiona a respeito de quem domina a entidade, no qual foram admitidas três formas de domínio: absoluto, majoritário e restrito.

Quanto ao item sete, foram elaboradas algumas proposições feitas pelo autor da pesquisa. Constituem-se em afirmações sumárias a respeito das seis teorias de abordagem do Patrimônio Líquido e tem por finalidade esclarecer, mais uma vez, sobre a base teórica do presente projeto.

A seguir, há um questionamento sobre os conhecimentos do profissional, autor das respostas, a respeito das teorias do Patrimônio Líquido ao qual são solicitadas sugestões e modificações possíveis. Por fim, pede-se a opinião do autor das respostas sobre a teoria, dentre as seis citadas, que é aplicada na empresa pesquisada.

Os itens oito, nove e dez referem-se aos tipos de pessoas físicas ou jurídicas que têm solicitado informações contábeis sobre o conteúdo das Demonstrações Contábeis, além dos acionistas e governos, enumerando-se: Bancos, Fornecedores, Funcionários, Clientes e Público em Geral. Pede-se, também, informações sobre a posição de controle dos acionistas ordinários ou sócios quotistas, inclusive sobre a possível existência de controladores domiciliados no exterior e quanto à possível existência de um processo de verticalização através de empresas controladas ou coligadas.

Finalmente, no item onze, são solicitadas informações sobre o direcionamento das informações contábeis, quando o contador elabora as Demonstrações Contábeis, relacionando: Proprietários (acionistas ordinários ou sócios quotistas), Proprietários (acionistas preferenciais), Governo, Credores, Gerentes, Clientes e Público em Geral.

Face ao exposto, julgou-se que a qualidade do questionário satisfaz plenamente o objetivo previsto da pesquisa.

Ademais, quando da entrega do questionário, distribuiu-se, também, cópia do Projeto de Pesquisa, além de se promover uma longa entrevista com o profissional que seria encarregado de preenchimento do questionário. Citada entrevista tinha como objetivo divulgar as seis abordagens teóricas básicas ao Patrimônio Líquido discutidas no projeto.

Com relação ao dimensionamento da amostra, foi esta julgada satisfatória, dada a estimativa de que o samatório de todas as empresas registradas sob as naturezas jurídicas previstas nas dez espécies de entidades pesquisadas deve ser superior à porcentagem de 90% (noventa por cento) do universo de todas as empresas registradas no território nacional. Em decorrência disso, conclui-se que os seis tipos expurgados da pesquisa não possuem quantidade significativa que possa conduzir a qualquer tipo de invalidação da presente pesquisa.

V.3 - Apresentação dos Resultados

Os resultados da pesquisa estão apresentados através da tabulação dos dados em quadros-sínteses que englobou os assuntos relativos aos questionários aplicados nas empresas investigadas, que receberam dois tipos de tratamento: pela variável tipo jurídico da entidade e pela variável da espécie dos itens pesquisados.

V.3.1 - Resultado da Pesquisa em Função do Tipo Jurídico da Entidade

O resultado da pesquisa em função do tipo jurídico da entidade está apresentado a seguir através de quadros-sínteses que retratam os quesitos constantes do questionário. Precedendo aos quadros, elaborou-se inicialmente uma pequena definição do tipo de entidade pesquisada e comentou-se os resultados constatados na pesquisa realizada.

a. Firma individual

De acordo com a Literatura, conceitua-se firma individual como aquela que não se constitui em uma sociedade em virtude de ser composta por um único elemento, mas está equiparada às sociedades para fins de tributação. Essa equiparação está colocada de forma expressa e tácita na legislação do imposto de renda.

Os resultados obtidos através do questionário, evidenciam que os técnicos que responderam à pesquisa mostraram que as firmas individuais são geridas predominantemente com a utilização da teoria do proprietário.

Quanto à forma de exercer domínio, ficou evidenciada a espécie de domínio absoluto na gestão dos negócios pelo proprietário.

Um número significativo de bancos e fornecedores solicitam informações contábeis.

As informações contábeis são direcionadas pelo contador para os proprietários, governo e credores.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: FIRMA INDIVIDUAL - 00										Quando o Contador elaborava as Demonstrações Contábeis Direciona para:													
Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias da Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é a mais adequada?		Na solicitação das informações contábeis dão ênfase ao controle:				Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa				Quando o Contador elaborava as Demonstrações Contábeis Direciona para:					
	Absoluto	Majoritário	Residual	Sim	Não	Sim	Não	Bancos	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral	Sim	Não	Controlador responde no Exterior	Participação da Empresa Coligada ou Controlada	Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Credores	Gerentes	Clientes	
EMPRESA "A"	X			X		X		PROPRIET	N	S	N						S	N	S	S	N	N	N
EMPRESA "B"	X			X		X		PROPRIET	S	S	N						S	N	S	S	N	N	N
EMPRESA "C"	X			X		X		PROPRIET	S	S	N						S	N	S	S	N	N	N
EMPRESA "D"	X			X		X		PROPRIET	S	N	N						S	N	S	S	N	N	N
EMPRESA "E"	X			X		X		PROPRIET	S	S	N						S	N	S	S	N	N	N

b. Sociedade por Quota de Responsabilidade Limitada

As sociedades por cotas de responsabilidade limitada têm capital fracionado por quotas e os sócios que as compõem têm limitação de responsabilidade até o limite do capital social. Fica claro, pois, que a limitação da responsabilidade é dos sócios, e não da sociedade que, como qualquer pessoa, tem em seu patrimônio a garantia dos seus credores.

Os resultados obtidos através dos questionários indicaram que o quadro a respeito das sociedades por quota de responsabilidade limitada indica uma única empresa de domínio absoluto dos sócios, na qual a teoria do Patrimônio Líquido aplicada é a teoria do proprietário. As quatro empresas restantes possuem domínio majoritário e a teoria da entidade é adotada por essas empresas.

Quanto à solicitação de informações contábeis, uns poucos bancos e apenas um fornecedor se mostraram interessados a respeito.

As evidências contábeis são direcionadas predominantemente para os proprietários e governo. Apenas duas empresas direcionam as informações contábeis para os credores.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: SOCIEDADE POR QUOTA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - 02

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: SOCIEDADE POR QUOTA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA																								
Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é a mais adequada?	Solicitações de Informações Contábeis					Na solicitação das Informações contábeis dão ênfase ao controle acionário		Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa		Quando o Contador elabora as Demonstrações Contábeis a Direciona para:						
	Absoluto	Majoritário	Restrito	Sim	Não	Sim	Não		Bancos	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral	Sim	Não	Controlador responde no Exterior		Participação da Empresa em Coligada ou Controlada		Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Fornecedores	Clientes
																Sim	Não	Sim	Não					
EMPRESA "A"	X			X		X		PROPRIETÁRIOS	N	N	N	N	N		X				S	N	N	N	N	
EMPRESA "B"		X		X		X		ENTIDADES	N	N	N	N	N		X				S	N	N	N	N	
EMPRESA "C"		X		X		X		ENTIDADES	N	N	N	N	N		X				S	N	N	N	N	
EMPRESA "D"		X		X		X		ENTIDADES	S	S	N	N	N	X		X	X		S	N	N	N	N	
EMPRESA "E"		X		X		X		ENTIDADES	S	N	N	N	N		X				S	N	N	N	N	

c. Sociedades Cíveis

As sociedades cíveis são aquelas que prestam serviços com fins lucrativos, mas não praticam atos de comércio. A título de exemplo, pode-se citar: estabelecimentos de ensino, clínicas, consultórios e escritórios de profissionais liberais.

A espécie das sociedades cíveis com fins lucrativos apresenta quadro variado de domínio dos controladores. A firma de domínio absoluto faz uso da teoria do proprietário como forma de abordagem teórica ao Patrimônio Líquido. As demais (domínio majoritário e restrito) aplicam a teoria da entidade.

Com relação à solicitação de informações contábeis por usuários, além de proprietários e governo, apenas um banco e um fornecedor as solicitam.

O direcionamento das informações contábeis vai para os sócios e o governo.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: SOCIEDADE CIVIL (com fins lucrativos) - 06																										
Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é aplicada na S/Empresa	Solicitações de Informações Contábeis					Na solicitação das Informações contábeis dão ênfase ao controle acionário		Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa				Quando o Contador elabora as Demonstrações Contábeis a Direciona para:						
	Absoluto	Majoritário	Restrito	Sim	Não	Sim	Não		Bancos	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral	Sim	Não	Controlador responde no Exterior		Participação da Empresa em Coligada ou Controlada		Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Credores	Gerentes	Clientes	
																Sim	Não	Sim	Não							
EMPRESA "A"	X		X			X		ENTIDADE	N	N	N	N	N		X					S	N	U	N	N	N	
EMPRESA "B"				X			X		ENTIDADE	S	S	N	N	N		X					S	N	U	U	N	N
EMPRESA "C"			X		X		X		ENTIDADE	N	N	N	N	N		X					S	N	U	N	N	N
EMPRESA "D"				X	X		X		ENTIDADE	N	N	N	N	N		X					S	N	U	N	N	N
EMPRESA "E"			X		X		X		ENTIDADE	N	N	N	N	N		X					S	N	U	N	N	N

d. Sociedades Cooperativas

As Sociedades Cooperativas são sociedades de pessoas. As Sociedades Cooperativas não são sociedades comerciais, a despeito do seu fundamento econômico e da sua mediação. A característica fundamental neste tipo de sociedade é a cooperação, com o objetivo de trazer para os cooperados as vantagens que terceiros obteriam se os interessados não "se cooperassem". Assim, as sociedades cooperativas são organizadas para a prestação de serviços ou exercícios de outras atividades de interesse comum dos associados.

Nas sociedades cooperativas, o tipo de domínio é sempre restrito, uma vez que a diretoria necessita ser eleita periodicamente.

É importante dizer que num único questionário um determinado autor das respostas declarou não ter conhecimento das teorias de abordagem ao Patrimônio Líquido.

Revelou um consenso quanto à teoria de abordagens ao Patrimônio Líquido que se constitui na aplicação da Teoria do Fundo.

No que tange às solicitações de informações contábeis, predominam os grupos de usuários: bancos, fornecedores e clientes.

No direcionamento das informações contábeis, constatam-se os associados quotistas e o governo com marcante supremacia.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: SOCIEDADE COOPERATIVA - 08

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: SOCIEDADE COOPERATIVA - 08																									
Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é aplicada na Empresa	Solicitações de Informações Contábeis					Na solicitação das informações contábeis dão ênfase ao controle acionário		Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa		Quando o Contador elabora as Demonstrações Contábeis e Direciona para:							
	Absoluto	Majoritário	Restrito	Sim	Não	Sim	Não		Bancos	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral	Sim	Não	Controlador responde no Exterior		Participação da Empresa em Coligada ou Controlada		Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Fornecedores	Clientes	Gerentes
																Sim	Não	Sim	Não						
EMPRESA "A"			X	X		X		FUNDO	S	N	N	S	N		X				S	N	S	N	N	N	
EMPRESA "B"			X	X		X		FUNDO	S	S	S	S	S		X				S	N	S	S	N	N	
EMPRESA "C"			X	X		X		FUNDO	S	S	N	N	N		X				S	N	S	S	N	N	
EMPRESA "D"			X	X		X		FUNDO	S	S	N	S	N		X				S	N	S	S	N	N	
EMPRESA "E"			X		X	X		FUNDO	S	S	N	N	N		X				S	N	S	S	N	N	

e. Empresas Públicas

As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, embora com participação predominante do governo. São criadas nos moldes da lei comercial comum sob forma de sociedade por ações. Vale dizer que a sua criação depende de prévia autorização legislativa, porque envolve a aplicação de recursos públicos e são criadas para a execução de determinadas incumbências do Estado.

Nas empresas públicas predomina o domínio absoluto dos controladores. Dentre as alternativas de aplicação das teorias de abordagens ao Patrimônio Líquido verifica-se a apção pela teoria do proprietário na totalidade das empresas pesquisadas.

No que concerne às solicitações de informações contábeis, há maior procura por parte de bancos, funcionários e público em geral.

Com relação ao direcionamento das evidências contábeis, os controladores e o governo são os mais fortemente agraciados, além dos credores e funcionários que, também, possuem destaque dentre os grupos de usuários.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: EMPRESA PÚBLICA - 10

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: EMPRESA PÚBLICA - 10																								
Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é aplicada na Empresa	Solicitações de Informações Contábeis					Na solicitação das Informações contábeis dão ênfase ao controle acionario		Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa		Quando o Contador elabora as Demonstrações Contábeis as Direciona para:						
	Absoluto	Majoritário	Restrito	Sim	Não	Sim	Não		Bancos	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral	Sim	Não	Controlador responde no Exterior	Participação da Empresa em Coligada ou Controlada		Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Credores	Gerentes	Clientes
																	Sim	Não						
EMPRESA "A"	X			X		X		PROPRIE	S	N	S	S	S		X			S						
EMPRESA "B"	X			X		X		PROPRIE	N	N	N	N	N		X			S						
EMPRESA "C"		X		X		X		PROPRIE	S	N	N	N	N		X			S						
EMPRESA "D"	X				X	X		PROPRIE	S	N	N	N	N		X			S						
EMPRESA "E"	X				X	X		PROPRIE	S	S	S	N	S		X			S						

f. Sociedade de Economia Mista

A sociedade de economia mista é uma modalidade de instituição que implica a aliança de capital público e privado para empreendimentos econômicos de interesse nacional. Trata-se de uma figura do direito societário em que os poderes públicos se associam aos capitais privados a fim de atingir um objetivo.

A sociedade de economia mista possui predominantemente domínio dos controladores de forma absoluta e majoritária.

Dentre as seis teorias abordadas, a escolhida por todas as empresas consultadas foi a teoria do proprietário.

No que diz respeito às solicitações de informações contábeis, constata-se concentração de pedidos nos grupos de usuários: bancos, fornecedores, clientes e público em geral. A concentração de pedidos de informações por bancos e fornecedores se justifica pelo elevado grau de endividamento do Setor Público. Também, a ênfase ao controle acionário é efetuada devido à necessidade de definições pelos credores em decorrência de participação em controladas ou ligadas.

No direcionamento das demonstrações contábeis, observa-se que todos os grupos de usuários das informações contábeis são contemplados.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - 11

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - 11																										
Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é aplicada na S/ Empresa	Solicitações de Informações Contábeis					Na solicitação das Informações contábeis dão ênfase ao controle acionário		Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa		Quando o Contador elabora as Demonstrações Contábeis e Direciona para:								
	Absoluto	Majoritário	Restrito	Sim	Não	Sim	Não		Bancos	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral	Sim	Não	Controlador responde no Exterior	Participação da Empresa em Coligada ou Controlada		Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Credores	Gerentes			
																	Sim	Não						Sim	Não	
EMPRESA "A"		X		X		X		PROPRIE	S	S	S	S	S	X		X			S	S	S	S				
EMPRESA "B"		X		X		X		PROPRIE	S	S	N	S	S	X		X	X		S	S	S	S				
EMPRESA "C"	X			X		X		PROPRIE	S	S	N	N	S	X		X			S	N	S	N				
EMPRESA "D"	X			X		X		PROPRIE	S	S	N	N	S		X				S	N	S	N				
EMPRESA "E"	X			X		X		PROPRIE	S	S	S	S	S	X		X	X		S	N	S	S				

g. Companhia Fechada

A Companhia Fechada é sociedade por ações que não recorre à poupança pública. Sua ação não é usualmente cotada em bolsa. É a sociedade tradicional, restrita a pequenos grupos.

As sociedades anônimas de capital fechado pesquisadas possuem domínio dos controladores de forma absoluta.

Quanto à teoria de abordagem ao Patrimônio Líquido, a que mais opções possui é a teoria da entidade, perfazendo o total de três sociedades.

As solicitações de informações contábeis estão restritas aos bancos e fornecedores.

As evidências contábeis são direcionadas para os acionistas ordinários e governo, existindo poucos usuários, além desses já citados que são contemplados como receptadores das informações contábeis.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: COMPANHIA FECHADA - 12

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: COMPANHIA FECHADA - 12																										
Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é aplicada na Empresa	Solicitações de Informações Contábeis					Na solicitação das Informações contábeis dão ênfase ao controle acionario		Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa		Quando o Contador elabora as Demonstrações Contábeis a Direciona para:								
	Absoluto	Majoritário	Restrito	Sim	Não	Sim	Não		Bancos	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral	Sim	Não	Controlador responde no Exterior		Participação da Empresa em Coligada ou Controlada		Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Credores	Gerentes	Clientes	
																Sim	Não	Sim	Não							
EMPRESA "A"	X			X		X		PROPRIETÁRIOS	S	N	N	N	S		X				S	N	N	N	N	N		
EMPRESA "B"	X			X		X		PROPRIETÁRIOS	N	N	S	S	N		X				S	N	N	N	S	S		
EMPRESA "C"		X		X		X		ENTIDADES	S	S	N	N	N		X				S	N	N	N	N	N		
EMPRESA "D"	X			X		X		ENTIDADES	S	S	N	N	N		X				S	N	N	N	N	N		
EMPRESA "E"	X				X	X		ENTIDADES	S	S	N	N	N		X				S	N	N	N	N	N		

h. Companhia Aberta

A companhia aberta é a sociedade cuja captação de recursos é realizada junto ao público. Os valores mobiliários (ações ou debêntures) são admitidos à negociação em bolsa ou no mercado de balcão.

A pesquisa apresentou domínio dos controladores absoluto e majoritário.

A opção pela teoria do empreendimento foi consensual quanto à forma de abordagem teórica do patrimônio líquido passível de utilização.

No que se refere às solicitações de informações contábeis, muitos solicitam essas informações, inclusive por força do controle acionário que obriga a verificação dos investimentos em coligadas e controladas.

No que tange ao direcionamento das informações contábeis, estas são distribuídas praticamente a todos os tipos de interessados.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: COMPANHIA ABERTA - 13

[illegible]

i. Fundação

As fundações constituem entidades de direito privado, em bora sejam fiscalizadas rigorosamente pelo governo.

A pesquisa das fundações restringiu-se às entidades de seguridade privada fechada.

No que se refere ao domínio dos controladores, verifica- se que o poder dos controladores é exercido de forma restrita.

Na teoria de abordagem ao Patrimônio Líquido, obteve con- senso a adoção de teoria do fundo.

As solicitações de informações estão contradas para os funcionários.

As informações contábeis são direcionadas aos proprietá- rios (patrocinadores e participantes), governo e funcionários.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: FUNDAÇÃO - 15																										
Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é aplicada na Empresa	Solicitações de Informações Contábeis					Na solicitação das Informações contábeis dão ênfase ao controle acionário		Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa		Quando o Contador elabora as Demonstrações Contábeis a Direciona para:								
	Absoluto	Majoritário	Restrito	Sim	Não	Sim	Não		Sim	Não	Controlador responde no Exterior		Participação da Empresa em Coligada ou Controlada		Sim	Não	Sim	Não	Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Credores	Gerentes	Clientes		
											Sim	Não	Sim	Não												
									Banco	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral													
EMPRESA "A"		X		X		X		FUNDO	X	N	S	N	N			X								S	N	N
EMPRESA "B"		X			X	X		FUNDO	S	N	N	N	N			X								S	N	N
EMPRESA "C"		X		X		X		FUNDO	X	N	S	N	N			X								S	N	N
EMPRESA "D"		X		X		X		FUNDO	S	N	S	N	N			X								S	N	N
EMPRESA "E"		X		X		X		FUNDO	X	N	N	N	N			X								S	N	N

j. Associação

As associações são sociedades que não visam lucro.

Podem ser: recreativa, esportiva, representativa de classe, etc.

Nas associações, o domínio dos controladores se dá de forma restrita.

A teoria do fundo é a escolhida por todos os contadores das associações pesquisadas como a teoria de abordagem ao Patrimônio Líquido adotada.

Com relação às solicitações de informações contábeis, existem poucas solicitações de evidências contábeis por parte de grupos de usuários específicos.

No que concerne ao direcionamento das evidências contábeis, nota-se que a maior concentração é feita para os proprietários (sócios) e governo, com poucas associações direcionando informações contábeis para os credores.

QUADRO SÍNTESE POR TIPO JURÍDICO DA ENTIDADE

NATUREZA JURÍDICA - TIPO: ASSOCIAÇÃO - 16

MATUREZA JURIDICA - TIPO: ASSOCIAÇÃO - 16

Discriminação	Domínio dos Controladores			Conhecimento das Teorias Abordagem Teórica do P.L.		Considera as Teorias Úteis?		Qual das Seis Teorias é aplicada na Empresa	Solicitações de Informações Contábeis					Na solicitação das Informações contábeis dão ênfase ao controle acionário		Se dão ênfase ao controle, Qual a Causa		Quando o Contador elabora as Demonstrações Contábeis as Direciona para:						
	Absoluto	Majoritário	Restrito	Sim	Não	Sim	Não		Bancos	Fornecedores	Funcionários	Clientes	Público em Geral	Sim	Não	Controlador responde no Exterior		Participação da Empresa em Coligada ou Controlada	Proprietários (Acionistas Ordinários ou Sócios Quotistas)	Proprietários (Acionistas Preferenciais)	Governo	Credores	Gerentes	Clientes
																Sim	Não							
EMPRESA "A"			X	X		X		FUNDO	S	N	N	N	N		X				S	N	S	N	N	N
EMPRESA "B"	X			X			X	FUNDO	N	N	N	N	N		X				S	N	S	N	N	N
EMPRESA "C"			X	X		X		FUNDO	N	N	N	N	N		X				S	N	S	N	N	N
EMPRESA "D"			X	X		X		FUNDO	S	S	N	N	N		X				S	N	S	N	N	N
EMPRESA "E"			X	X		X		FUNDO	N	N	N	N	N		X				S	N	S	N	N	N

V.3.2 - Resultado da Pesquisa em Função dos Itens Arguidos

Além da apresentação do resultado da pesquisa em função da espécie de entidade, procuramos analisar os resultados englobadamente, reunindo todas as 48 (quarenta e oito) entidades pesquisadas. A tabulação dos resultados, desta feita, acham-se apresentados em função dos itens arguidos, como sejam:

- a) domínio dos controladores;
- b) conhecimento das teorias de abordagem ao patrimônio líquido;
- c) identificação do tipo de teoria aplicável a cada entidade pesquisada;
- d) identificação dos solicitantes de informações contábeis;
- e) identificação do direcionamento das demonstrações contábeis por parte das entidades pesquisadas.

Este segundo tipo de análise dos resultados vai a seguir exposto e convenientemente comentado:

DOMÍNIO DOS CONTROLADORES

	ABSOLUTO	MAJORITÁRIO	RESTRITO
FIRMA INDIVIDUAL	5		
SOC. RESP. LIMITADA	1	4	
SOC. CIVIL	1	1	3
COOPERATIVA			5
EMPRESA PÚBLICA	4	1	
SOC. ECONOMIA MISTA	3	2	
CIA. FECHADA	4	1	
CIA. ABERTA	2	1	
FUNDAÇÃO			5
ASSOCIAÇÃO	1		4

Resultados quanto ao Domínio d os Controladores

Como era de se esperar, o domínio absoluto sobre a entidade se fixa na firma individual, na empresa pública e na companhia fechada.

Também, como era de se esperar, o domínio majoritário se fixa na Sociedade de Responsabilidade Limitada.

Ainda, como era de se esperar, o domínio restrito se fixa na sociedade civil, nas cooperativas, nas fundações e nas associações.

Também ficou evidente que a sociedade de economia mista, devido à sua associação entre capital público e privado, tem um domínio dividido entre absoluto e majoritário.

A única distorção obtida na pesquisa se deu em relação à Companhia Aberta que devia ter um domínio majoritário (acionistas majoritários) ou restrito (diversificação de acionistas), tendo a pesquisa concluído pelo domínio absoluto que é característico da Companhia Fechada.

A justificativa é que as três entidades pesquisadas abriram os respectivos capitais há pouco tempo. Em decorrência, o poder, caracterizado por significativo percentual de ações ordinárias, ainda está nas mãos do acionista principal.

Teorias de Abordagem do Patrimônio Líquido

	CONHECE	CONSIDERA ÚTIL
FIRMA INDIVIDUAL	5	5
SOC. RESP. LIMITADA	5	5
CIVIL	5	5
COOPERATIVA	4	4
EMPRESA PÚBLICA	3	3
SOC. ECONOMIA MISTA	5	5
CIA. FECHADA	4	4
CIA. ABERTA	3	3
FUNDAÇÃO	4	4
ASSOCIAÇÃO	5	4
T O T A I S	43	42

Teorias de Abordagem

De 48 (quarenta e oito) entidades pesquisadas, 43 (quarenta e três) conheciam. Dentre os que conheciam as teorias contábeis do Patrimônio Líquido, apenas um julgou-a inútil.

Considerando que a classe dos contabilistas no Brasil não é muito ilustrada em relação às teorias contábeis, não era esperado que os entrevistados afirmassem que conheciam as teorias.

Por outro lado, causa espécie que apenas um deles (conhecedor das teorias) tivesse julgado o conhecimento das teorias inútil, quando se sabe que exatamente por não ser a classe dos contabilistas erudita, previa-se uma grande quantidade de respostas considerando as teorias inúteis, e dando ênfase apenas à apreciação prática do problema.

A explicação para esses resultados é que os entrevistados tiveram um conhecimento prévio do conteúdo das teorias, e ao responder o questionário posicionam-se como já conhecendo e já considerando úteis as teorias.

Outro aspecto surpreendente foi que dentre os 5 (cinco) que desconheciam as teorias as julgaram úteis. Provavelmente esse julgamento "útil" foi obtido após terem tomado conhecimento das teorias através do recebimento do projeto.

Estranha-se que os funcionários das sociedades de formas mais primitivas (firma individual, sociedade de responsabilidade limitada, sociedades civis, associações) conhecem, sem exceções, as teorias, enquanto funcionários de sociedades mais complexas (empresas públicas e companhias fechadas) não conhecem as teorias.

Sobre o assunto, é importante frisar que os questionários foram distribuídos, acompanhados com cópias do projeto e os citados documentos possuem um enfoque razoavelmente abrangente a respeito das teorias de abordagem teórica do Patrimônio Líquido.

Ademais, em virtude de o projeto ser considerado novidade em termos de pesquisa, o autor do projeto explicava de forma muito sucinta o projeto e o questionário.

Identificação da Teoria Segundo o Tipo da Entidade

	PROPRIETÁRIO	ENTIDADE	FUNDO	ACIONISTA ORD. E PREF.	COMANDO GERENC.	EMPREENDIM.
FIRMA INDIVIDUAL	5					
SOC. RESP. LIMIT.	1	4				
CIVIL		5				
COOPERATIVA			5			
EMPRESA PÚBLICA	5					
ECONOMIA MISTA	5					
CIA. FECHADA	2	3				
CIA. ABERTA						3
FUNDAÇÃO			5			
ASSOCIAÇÃO			5			

Identificação da Teoria

Pelas respostas, ninguém deu ênfase à teoria de comando gerencial, o que era de se esperar porque esta teoria se baseia em um pressuposto falso de que a gerência é que domina o patrimônio líquido, quando na realidade quem domina o patrimônio líquido é o sócio, acionista ou o fornecedor dos recursos monetários.

A escolha das companhias abertas pela teoria do empreendimento também já era esperada, porque esta empresa tem um caráter de democrático e social, eis que os fornecedores de capitais estão bastante diversificados entre o público em geral.

Também a escolha da teoria do fundo para as cooperativas, fundações e associações já era esperada.

Assim, como também era esperada a resposta pela teoria do proprietário para as firmas individuais e para a empresa pública, e a resposta pela teoria da entidade para as sociedades de responsabilidade limitada e para as sociedades civis.

As companhias fechadas, dividindo suas respostas entre a teoria do proprietário e da entidade, também já era esperado, tendo em vista o círculo fechado dos acionistas neles imperante.

Causou surpresa, entretanto, as sociedades de economia mista, se fixando na teoria do proprietário e não na teoria da entidade, ou na teoria do empreendimento. Todavia, a justificativa é decorrente da forte presença do Estado na Economia. O fato de não se ter obtido nenhuma resposta das companhias fechadas e das companhias abertas, pela teoria do acionista ordinário e preferencial (uma vez que nesses tipos de empresa existem, normalmente, acionistas preferenciais), decorre da citada teoria ter sua aplicação nos EE.UU., sob a égide da legislação daquele país.

Solicitação de Informações Contábeis

	BANCO	FORNECEDOR	FUNCI- ONAR.	CLIEN- TES	PÚBLICO GERAL	ÊNFASE CONTRO- LE ACI	CONTRO- LE NO EXTER.	COLIG. OU CON- TROLADO
FIRMA INDIVIDUAL	4	3	-	-	-	-	-	-
SOC. RESP. LIMITADA	2	1	-	-	-	1	-	-
CIVIL	1	1	-	-	-	-	-	-
COOPERATIVA	5	4	1	3	1	-	-	-
EMPRESA PÚBLICA	4	1	2	1	2	-	-	-
ECONOMIA MISTA	5	5	2	3	5	4	-	2
COMPANHIA FECHADA	4	3	1	1	1	-	-	-
COMPANHIA ABERTA	3	3	-	3	3	2	-	2
FUNDAÇÃO	1	-	3	-	-	-	-	-
ASSOCIAÇÃO	2	1	-	-	-	-	-	-
T O T A I S	31	22	9	11	12	7	-	4

Solicitação de Informações Contábeis

A demanda de informações contábeis foi assim escalonada:

Bancos	31
Fornecedores	22
Público em Geral	12
Clientes	11
Funcionários	9

Nas demandas de informações, 7 deram ênfase à existência de controle acionário, e desses 7 pedidos, 4 se fixaram na existência de coligadas ou controladas.

Quanto aos pedidos feitos por bancos e fornecedores, esse tipo de solicitação é normal.

Pedidos de informações feitos por funcionários já não são comuns no Brasil, e ocorreram principalmente em empresas públicas e sociedades de economia mista. Estranhou-se tal tipo de pedido por funcionários nos casos de Fundações (grande incidência) e de companhias fechadas e de cooperativas. Nos casos das fundações, justifica-se devido ao fato de que as fundações pesquisadas restringiram-se às fundações de seguridade fechadas, nas quais os funcionários são associados com a categoria de participante.

Os maiores fornecedores de informações ao público em geral foram:

Sociedades de Economia Mista	5 (100%)
Companhias Abertas	3 (100%)
Empresas Públicas	2
Cooperativas	1
Companhias Fechadas	1

O resultado de Fundações e Associações não tivessem recebido solicitações de informações do público em geral é consequência de tais fundações e associações são entidades fechadas, ou seja, restritas aos seus associados.

Entre as entidades pesquisadas, nenhuma recebeu solicitação de informações baseadas na existência de controlador no exterior. A pesquisa restringiu-se às entidades nacionais, inclusive de controle nacional. Vale lembrar que foram excluídas as entidades de natureza jurídica: Filial, Sucursal ou Agência de empresa sediada no exterior.

Elaborações Contábeis Direcionadas para os Seguintes Interessados:

	Acionist. Ord. ou Sociais	Acionistas Preferenc.	Governo	Credores	Func. e Gerentes	Clientes	Público em Ger.
Firma Indiv.	5		5	4			
Soc. Resp. Lim.	5		5	2			
Civil	5		5	1			
Cooperativa	5		5	2		1	
Empresa Puubl.	5		5	4	3	1	2
Econ. Mista	5	2	5	5	4	3	5
Cia. Fechada	5		5	1	1	1	
Cia. Aberta	3	3	3	3	1	2	3
Fundação	5		5		5		
Associação	5		5	2	-	-	-
T O T A I S	48	5	48	24	14	8	10

Elaborações Contábeis Direcionadas

Todas as 48 entidades pesquisadas dirigem suas demonstrações contábeis para os acionistas e sócios e para o Governo, o que não poderia deixar de ser.

Afora acionistas, sócios e Governo, o direcionamento das demonstrações contábeis se dá com a seguinte frequência:

Credores	24
Funcionários	14
Público em Geral	10
Clientes	8

As companhias que têm acionistas preferenciais (sociedade de economia mista e companhias abertas) direcionam suas demonstrações contábeis também para esse tipo de acionista.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

VI - CONCLUSÃO

Considerando que não se tem notícia da existência de outra pesquisa deste tipo, realizada no Brasil, explica-se o interesse despertado nos profissionais da contabilidade entrevistados.

A pesquisa realizada demonstrou que as teorias de abordagens teóricas ao Patrimônio Líquido tem aplicabilidade e constatação prática.

Os resultados apresentados no capítulo próprio foram analisados e criticados, respondendo, assim, aos objetivos específicos estabelecidos na nossa pesquisa.

No que tange as diferentes abordagens teóricas ao Patrimônio Líquido constata-se que os estudiosos consideram a Teoria do Empreendimento como a mais viável, por retardar e evidenciar, além dos aspectos da Teoria da Entidade, a participação da entidade no ambiente social que está inserida.

O estudo realizado, na revisão de literatura acerca do conteúdo das Demonstrações Contábeis, permitiu uma maior transparência sobre a importância do conhecimento dos conceitos de receitas, ganhos, despesas, perdas e resultado. O conhecimento mais profundo de teoria proporciona um maior rigor na aplicação dos procedimentos contábeis e, conseqüentemente, uma melhoria na qualidade das informações reportadas.

A fim de atingir o objetivo principal da contabilidade que é fornecer informações, o contador defronta-se com normas legais e conceitos contábeis que refletem diretamente nos seus relatórios e nos métodos e meios de evidenciação. Nesse contexto, deve-se reconhecer que a contabilidade é fortemente influenciada por seu meio ambiente. O processo interativo contabilidade e meio ambiente serve, forçosamente, como uma mola propulsora para que os fatos a serem evidenciados não se tornem estáticos e condicionados a formas pré-concebidas e sim um fator estimulante que proporcione a este fermento informativo o seu real papel de importância.

CAPÍTULO VII

RECOMENDAÇÕES

VII -

RECOMENDAÇÕES

A título de cooperação, sugerimos que as entidades, ao divulgarem suas demonstrações contábeis relativas a resultados e de patrimônio líquido, passem a utilizar os modelos que está se propondo, por se julgar útil na evidência dos resultados associados aos usuários devido aos interesses no resultado e melhor detalhamento do Patrimônio Líquido.

O modelo I representa um quadro informativo dos diversos beneficiários que participaram da receita e o referido quadro está alinhado aos parâmetros dos modelos apresentados às páginas 36 e 81 deste trabalho, merece frisar que os participantes da receita são os beneficiários dos resultados.

A fim de atender a informações relativas ao Patrimônio Líquido, recomenda-se o quadro de informações sobre domínio, modelo II, que contribui para complementar as informações contábeis que ora são elaboradas.

Modelo I

Beneficiários da distribuição da nossa receita no
exercício social de _____

<u>Tipo de Beneficiário</u>	<u>Destinação Monetária NCz\$</u>	<u>Percentual em Relação ao To tal da Receita</u>
Fornecedores de Bens		
Fornecedores de Serviços		
Governo Federal		
Governos Estaduais		
Governos Municipais		
Instituições Financeiras		
Empregados		
Administradores		
Debenturistas		
Portadores de Partes Beneficiárias		
Acionistas ou Sócios (lucros distribuídos)		
Empresa (lucros incorporados) ou Entidade		
Beneficiários Aleatórios (descrevê-los)		
T O T A I S	NCz\$ _____	_____ 100%

Modelo II

Domínio sobre o Patrimônio Líquido a partir do seu
valor global no final do exercício social de

Categoria Dominante	Valor Monetário NCz\$	Percentual em relação ao total do Patri mônio Líquido
<u>Domiciliados no país</u>		
Pessoas Físicas		
Pessoas Jurídicas de di- reito Privado sem víncu- lo de controle acionário		
Controladores Acionários (descrevê-los)		
<u>Domiciliados no exterior</u>		
Pessoas Físicas		
Pessoas Jurídicas (descrevê-las)		
<u>Governo ou Entidades Go- vernamentais brasileiros</u> (descrevê-los)		
<u>Governo ou Entidades Go- vernamentais estrangeiros</u> (descrevê-los)		
T O T A I S	NCz\$	100%

CAPÍTULO VIII

BIBLIOGRAFIA

VI - BIBLIOGRAFIA

- 01 - BARNES, Dianne P., Materiality - An Illusive concept, Management Accounting, outubro/76.
- 02 - FLORENTINO, Americo Matheus, Normas Técnicas de Contabilidade, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1ª Edição, Rio de Janeiro, 1987.
- 03 - GIL, Antonio Loureiro, Sistema de Informação Contábil, Editora Atlas, 1ª Edição, São Paulo, 1982.
- 04 - GOUVEIA, Nelson, Contabilidade, Editora MC Grow-Hill, 2ª Edição, 1983.
- 05 - HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting Theory, Richard D. Irwin, Inc., 4ª Edição, Illinois, 1982.
- 06 - IUDÍCIBUS, Sérgio de, Teoria de Contabilidade, Editora Atlas, 2ª Edição, São Paulo, 1983.
- 07 - IUDÍCIBUS, Sérgio de, e outros, Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, Editora Atlas, 2ª Edição, São Paulo, 1981.
- 08 - JARAMILLO, Horácio Aguiar, Contaduría, Universidad de Antióquia, nº 8, Medellin, marzo/86.
- 09 - JOHNSON, Robert W., Administração Financeira, Editora Pioneira de Administração e Negócios, 5ª Edição, São Paulo 1980.
- 10 - KAM, Vernon, Accounting Theory John Wiley & Sons, Inc., Califórnia, 1986.
- 11 - LEI 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.
- 12 - MAJUR - Manual de Orientação do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica - Ano Base 1988 - Exercício de 1989.
- 13 - Mc CULLERS, Levis D., e SCHROEDER, Richard G., Accounting Theory, Text and Readings, John Willy & Sons, Inc. 2ª Edição, New York, 1982.

- 14 - MCKEE, Thomas E., Why Can't Accountants Deal with uncertainty About Enterprise Continuity? Management Accounting, julho/86.
- 15 - MOST, K. S., Accounting Theory, Grid Publishing, 2ª Edição, Ohio, 1982.
- 16 - NISWONGER, C. Rollin, e FEES, Philip E., NISWONGER & FEES - Princípios de Contabilidade, Editora Fundação Getúlio Vargas, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1980.
- 17 - QUILICI, Trediano, Leituras em Administração Contábil e Financeira, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1973.
- 18 - REQUIÃO, Rubens, Curso de Direito Comercial, Saraiva S.A.- Livrários Editora, 9ª Edição, São Paulo, 1979.
- 19 - RESOLUÇÃO CFP nº 530/81, de 23.10.81, do Conselho Federal de Contabilidade.
- 20 - RESOLUÇÃO CVM nº 29, de 05.02.81, da Comissão de Valores Mobiliários.
- 21 - REVISTA CONTADURIA PÚBLICA, Instituto Mexicano de Contadores Públicos, A. C. volume XV, nºs 160 e 167.
- 22 - VAN HORNE, James C., Política e Administração Financeira, Editora Universidade de São Paulo, SP, 1ª Edição - 1974.
- 23 - WALTER, Milton Augusto, e outros, Normas Contábeis e Demonstrações Financeiras, Assemp. - Soc. Civil de Empresas Ltda., Rio de Janeiro, 1ª Edição, 1977.
- 24 - WESTON, T. Fred, e BRIGHAM, Eugene F., Administração Financeira de Empresas, Editora Interamericana Ltda., Rio de Janeiro, RJ, 4ª Edição, 1979.

ESCLARECIMENTOS SOBRE SIGLAS

AICPA - American Accounting of Certified Public Accountants

FASB - Financial Accounting Standards Board

FIPECAFI - Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

GAAP - Generally Accepted Accounting Principles

CAPÍTULO IX

ANEXOS

A ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

A contabilidade vem obtendo significativo progresso nas últimas décadas, sendo que no Brasil esse progresso ocorreu, basicamente, a partir da década de 70.

O estabelecimento de práticas contábeis, visando determinar a quantidade e a qualidade das informações, mediante a aplicação de regras e procedimentos contábeis, é um processo bastante complexo.

É importante frisar que todos os esforços, com vistas ao desenvolvimento das teorias e práticas contábeis, tem por objetivo o fim último da contabilidade, que consiste em fornecer informações contábeis, quer para os usuários internos, quer para os usuários externos.

IV.1 - Evolução Histórica dos Princípios

O desenvolvimento da contabilidade está associado ao desenvolvimento econômico e social das sociedades.

O notório crescimento econômico ocorrido nos Estados Unidos, após a Revolução Industrial, com o surgimento de grandes corporações e o desenvolvimento do mercado de capitais, constituiu fator de significativo avanço para a contabilidade. Em consequência, esse País se destacou na busca de aprimoramento de conceitos que norteassem as práticas contábeis.

Vale dizer que, antes da adoção de princípios orientando

normas contábeis, existia uma variedade de métodos de contabilidade utilizados para relatar as mesmas transações.

Desde as últimas décadas do século XIX, houve uma procura de uniformização de procedimentos, ou seja, uma busca constante se processou ao longo desse tempo nos Estados Unidos da América, culminando com a cristalização de princípios que hoje são universalmente aceitos, inclusive em nosso País.

A Estrutura da Teoria Contábil está assentada em princípios fundamentais que, ordenados hierarquicamente, propiciam a sua auto-sustentação.

Com relação à terminologia dos conceitos, verifica-se que os autores e estudiosos do assunto não chegam a um consenso.

Essa divergência, porém, restringe-se somente à terminologia, uma vez que os propósitos contidos nesses conceitos permanecem preservados.

Pode-se citar alguns autores que entendem a estrutura da teoria contábil através de conceitos idênticos, mas que utilizam termos diferentes:

- | | |
|---------------------------------|--------------------------|
| . Hendriksen, Eldon S. (USA) | - Postulados Ambientais |
| | - Restrições |
| . McCullers, Levis D. (USA) | - Princípios Básicos |
| | - Princípios Gerais |
| | - Princípios Específicos |
| . Iudícibus, Sergio de (Brasil) | - Postulados |
| | - Princípios |
| | - Convenções |
| . Kam, Vernon (USA) | - Postulados |
| | - Princípios |
| | - Procedimentos |

Em conformidade com a classificação de McCullers (*), os três níveis dos princípios que compõem a estrutura da teoria da contabilidade podem ser definidos da seguinte maneira:

(*) McCULLERS, Levis D. e SCHREDER, Richard G., Op. Cit., p.14-17

"Princípios Básicos

Relacionam-se com a contabilidade como um todo e servem de base para realização e mensuração de eventos econômicos que são incluídos como informação contábil.

Princípios Gerais

Apoiam-se nos princípios básicos e servem de base para a aplicação dos princípios específicos, guiando o processo de registro, mensuração e comunicação da contabilidade.

Princípios Específicos

Como o nome indica, são práticas e procedimentos específicos que implementam o processo de contabilidade, identificando, registrando, sumarizando e comunicando transações econômicas e eventos."

IV.2. - Aplicação dos Princípios Contábeis no Brasil

Durante muito tempo, os princípios de contabilidade de vinham sendo praticados em nosso País, não obstante a quase inexistência de estudo aprofundado e ampla discussão sobre o assunto no Brasil.

A primeira manifestação legal em nosso País foi através da Lei 6.404/76, que prescreveu obediência aos princípios de contabilidade, sem os classificar, e obrigou a adoção do princípio de competência de forma expressa, em seu artigo 177, cujo caput transcrevemos na íntegra: "Art. 177 - A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência".

Em 23 de outubro de 1981, a resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 530/81 normatizou como sendo normas contábeis os

Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Citado documento prescreve que os princípios visam ao tratamento contábil uniforme dos atos e fatos administrativos e das demonstrações deles decorrentes, e frisa que, em havendo mudanças de tratamento, o efeito deve ser informado.

É importante registrar que o nosso Conselho Federal não destacou nenhum dos princípios, dentre os dezesseis abaixo relacionados, nem lhes atribuiu qualquer grau de hierarquização:

- 1 - Entidade
- 2 - Qualificação e Quantificação dos Bens Patrimoniais
- 3 - Expressão Monetária
- 4 - Competência
- 5 - Oportunidade
- 6 - Formalização dos Registros Contábeis
- 7 - Terminologia Contábil
- 8 - Equidade
- 9 - Continuidade
- 10- Periodicidade
- 11- Prudência
- 12- Uniformidade
- 13- Informação
- 14- Atos e Fatos Aleatórios
- 15- Correção Monetária
- 16- Integração

Com relação ao Princípio da Materialidade, é importante dizer que o mesmo não foi contemplado com um lugar no rol dos princípios fundamentais, face ao fato de que o grupo de consultores instituído pelo CFC entendeu que todos os atos e fatos mensuráveis realizados pelas empresas devem ser devidamente processados na Contabili-

dade, independente de quantidade, qualidade e valor.

Parece que a justificativa para a não inclusão deste importante princípio deveu-se a um enfoque estritamente voltado para o aspecto escritural (registro), esquecendo-se os demais.

O trabalho elaborado pelo IPECAFI - Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, a respeito da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, abrangeu os seguintes assuntos: objetivos de contabilidade, cenários contábeis, princípios fundamentais de contabilidade, postulados ambientais da contabilidade, princípios propriamente ditos e as convenções.

O Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, em reunião de 22 de novembro de 1985, aprovou o supracitado documento, que passou a integrar o conjunto de seus pronunciamentos técnicos.

Em 05 de fevereiro de 1986, através da Deliberação nº 29, o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM deliberou favoravelmente sobre a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, conceituada pelo IPECAFI.

A classificação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade pelo IPECAFI foi feita dentro de três categorias básicas. A estrutura básica e as suas subdivisões é a seguinte:

POSTULADOS AMBIENTAIS DA CONTABILIDADE

- . da Entidade Contábil
- . da Continuidade das Entidades

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS PROPRIAMENTE DITOS

- . do Custo como Base de Valor
- . do Denominador Comum Monetário
- . da Realização da Receita
- . do Confronto das Despesas com as Receitas e com os Períodos Contábeis

CONVENÇÕES

- . de objetividade
- . da materialidade
- . do conservadorismo
- . da consistência

IV.3 - Princípios e Convenções Contábeis

A fim de dar um enfoque mais abrangente sobre os Princípios e Convenções de Contabilidade, uma vez que neles está as sentada a estrutura da teoria contábil, julgou-se oportuno tecer co mentários concernentes aos mesmos, obedecendo a classificação do IPECAFI.

a. Postulado Ambiental da Entidade Contábil

Embora haja discordância entre vários autores sobre a formulação e aceitação dos princípios contábeis, constata-se unanimidade na aceitação do princípio da entidade.

Hendriksen (*) conceitua entidade contábil: é a unidade econômica que controla os recursos, aceita responsabilidades de fazer e executar compromissos e conduzir a atividade econômica".

Através desse princípio, a entidade deve ser considerada como distinta dos sócios, sendo a contabilidade e os registros mantidos para a entidade. Assim, o Ativo, o Passivo e o Patrimônio líquido pertencem à entidade. Os sócios só terão direito a parcelas do Patrimônio Líquido quando eles mesmos decidirem, legalmente, pela distribuição de parte dos lucros, ou quando um dos sócios se retire da sociedade.

Em conformidade com esse princípio, a contabilidade tem a capacidade de não confundir os interesses dos sócios dentro da em presa com os interesses da própria empresa, não obstante as entidades serem firmas individuais ou grupais, com fins lucrativos ou não.

(*) HENDRIKSEN, Eldon S., Op. cit., p.63.

b. Postulado Ambiental da Continuidade das Entidades

Uma empresa não é organizada, via de regra, com a expectativa de durar um período de tempo definido.

As empresas são organizadas para funcionar por período de tempo indeterminado, operando indefinidamente em circunstâncias normais.

De acordo com esse princípio, a contabilidade analisa a empresa como em contínuo movimento. Assim sendo, seus ativos devem ser analisados conforme a capacidade que têm de gerar futuros benefícios para a empresa, com a continuação de suas operações, e não pelo valor a ser obtido com a venda dos mesmos.

Se se constatar evidências seguras de descontinuidade das operações, verificada através de enormes e persistentes prejuízos ou outras situações provocadoras de paralisação das atividades, o fato deve ser divulgado pela empresa.

Existem autores que não concordam com a idéia básica desse princípio, como a empresa existindo para sempre.

Um exemplo dessa discordância é Mckee^(*), que considera o conceito tradicional de continuidade como sendo consequência da falha do contador em lidar com incerteza.

De acordo com esse autor^(**), o conceito de continuidade como sendo a entidade permanecendo em operação indefinidamente, implicaria em:

- "- indefinido nível de operações futuras;
- falta de informação sobre a real expectativa de vida dos negócios; e
- um papel mais passivo que ativo do auditor na busca da evidência."

(*) MCKEE, Thomas E. - Why Can't Accountant Deal With Uncertainty About Enterprise Continuity? - Management Accounting - July/86-p.24

(**) Ibidem, p. 26

Diante dessa posição (*), ele sugere um conceito temporal de continuidade definido como a continuação da empresa por um período futuro bem definido, de acordo com razoáveis planos e perspectivas advindos de recentes exercícios financeiros.

Dessa forma, a avaliação dos níveis de recursos correntes, a determinação dos níveis de atividades futuras, bem como a duração dessas atividades são essenciais para a tomada de decisão quanto à posição de continuidade da empresa.

c. Princípio Contábil Propriamente Dito do Custo como Base de Valor

Esse princípio determina que os ativos devem ser incorporados, tendo como base o valor efetivamente pago para adquirí-los ou o custo de fabricação (acrescido dos desembolsos necessários para colocá-los em funcionamento).

A retromencionada avaliação é efetuada com base no registro contábil, sendo somente permitidas as alterações provocadas em decorrência da amortização, depreciação e exaustão.

Admitindo-se que os bens são expressos em moeda estável, pode-se afirmar que esses registros estarão sempre atualizados.

Contudo, vale o registro de algumas considerações expressas a seguir.

Em países em desenvolvimento, geralmente as economias não são estáveis e, conseqüentemente, convivem com inflação causada por fatores estruturalísticos e conjunturais.

Em todos os países que sofrem os efeitos da inflação, os governos têm adotado medidas visando a solução desse problema.

A experiência, porém, tem demonstrado que nem sempre se tem obtido sucesso, conforme ocorre no Brasil.

Com o advento da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), o governo instituiu a obrigação às sociedades por ações da correção monetária das Demonstrações Contábeis, com base nos índi-

(*) Ibidem, p. 28-29

ces de desvalorização da moeda nacional (ORTN, OTN, BTN).

Até que ponto, porém, esses índices acompanham a inflação?

Nesse sentido, Gouveia (*), em 1983, quando então vigorava a ORTN, assim se pronuncia:

"A variação da ORTN, entretanto, nem sempre reproduz fielmente a taxa de inflação do país, sendo tradicionalmente inferior a esta. Com isso, no Brasil, o conceito universal de custo histórico foi adaptado e transformado no que podemos chamar de conceito de custo histórico ajustado parcialmente pelos efeitos da inflação."

Por outro lado, Iudícibus (**), ao se manifestar sobre a matéria, o faz do seguinte modo: "...não se trata, propriamente, de uma invalidação da regra geral, mas de "restauração" dos custos históricos por um índice geral de preços..."

Constata-se que em economias inflacionárias, há necessidade de se recorrer à correção monetária, com vista a que os valores sejam "puxados" para o presente, numa tentativa de atualizá-los.

Nesse aspecto, entende-se que o sentido subjacente da correção monetária não se conflita com o conceito do custo com base no valor, já que aquela trata tão somente de restabelecer o poder aquisitivo da moeda.

Examinando-se a Lei 6.404/76, notadamente no art. 182, §3º, verifica-se que o mencionado diploma legal delega às empresas a faculdade de utilizarem-se da chamada reserva de reavaliação, que consiste em atribuir novas avaliações dos elementos do ativo, tendo como base o laudo feito nos termos do art. 8º.

(*) GOUVEIA, Nelson, Contabilidade, Ed. Mc Grow Hill, 2ª Edição - São Paulo, 1983, p.479

(**) IUDICIBUS, Sergio de, e Outros, Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, Editora Atlas, São Paulo, 2ª Ed., 1987, p.64

Até que ponto esta faculdade vai de encontro ao princípio ora em exame?

Sobre o assunto, se faz necessário ressaltar o entendimento proferido por Iudícibus (*), "in verbis":

"A aceitação do custo original não implica que, em circunstâncias especiais, certos ativos não possam ser reavaliados. O ativo imobilizado pode ser reavaliado, e, nesse ponto, as legislações dos vários países diferem quanto ao grau de liberalidade para realizar tais reavaliações, desde que se julgue que a avaliação agora nada tem a ver com o valor econômico inicialmente estabelecido..."

d. Princípio Contábil Propriamente Dito do Denominador Comum Monetário

Este princípio estabelece a obrigação de se elaborar as Demonstrações Contábeis em moeda nacional de poder aquisitivo à data de apresentação das respectivas peças.

Dessa forma, ele expressa a dimensão da contabilidade, homogeneizando os ativos, as obrigações e o patrimônio líquido, que são grupos de natureza tão diferenciada pelo denominador comum monetário, que vem a ser a moeda corrente no País: o cruzado novo.

O estabelecimento da regra de apresentar as demonstrações contábeis em moeda nacional de poder aquisitivo atualizado é o que corresponde à adoção de um padrão monetário estável, para ser utilizado nas demonstrações contábeis com fins de divulgação para os diversos usuários da informação.

e. Princípios Contábeis Propriamente Ditos da Realização da Receita e do Confronto das Despesas com a Receita e com os Períodos Contábeis

(*) IUDICIBUS, Sérgio de, Op. cit., p.59

O estudo do princípio da Realização da Receita pode ser tratado isoladamente, todavia, considerando que se existe a receita, via de regra, pelo menos, devem existir despesas. Em decorrência dessa premissa, muitos autores optam por focar esse princípio, conjuntamente, com o princípio da confrontação das Despesas com a Receita e com os Períodos Contábeis.

As definições de cada princípio ora focado, em separado, mostra-se oportuna. A seguir, seguem as definições contidas do trabalho do IPECAFI:

Definição do Princípio da Realização da Receita

"A receita é considerada realizada e passível de registro na contabilidade, à medida que produzidos os serviços prestados por uma empresa são transferidos a uma outra companhia ou qualquer pessoa natural com a aquiescência desta e mediante pagamento ou promessa de pagamento especificado, em favor da empresa produtora."

Definição do Princípio de Confrontação das Despesas com as Receitas

"Toda despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período, com as mesmas deverá ser confrontada."

O princípio de Realização de Receita é caracterizado quando a empresa transfere produtos ou serviços ao cliente. Assim, a sociedade reconhece, através de um registro contábil, a receita realizada. O momento da transferência dos produtos ou serviços pela Companhia é coincidente, na maioria das vezes, com o momento da venda.

A aceitação desse princípio decorre fundamentalmente de três fatores:

- . o esforço para obter a receita já foi desenvolvido;
- . o valor de se proceder a transferência está bem mais próximo da realidade praticável; e
- . já são conhecidos os valores de custo de produção ou de serviço e outras despesas ou deduções de receitas concernentes ao produto ou serviço.

O Princípio da Realização da Receita pode apresentar certas peculiaridades, não que sejam uma exceção ao princípio geral, mas, de fato, deve-se olhar e analisar cada situação:

- 1ª - receitas reconhecidas proporcionalmente a certo período contábil decorrido

Objetivando aplicar aos diversos casos que podem ocorrer em receitas plurianuais, alguns serviços são contratados e faz-se necessário a apropriação contábil antecipada ao término do contrato. A fim de processarmos a apropriação antecipada, devemos ter sob controle os custos e as despesas, pois são fatores preponderantes ao reconhecimento da receita em períodos menores do que o do serviço total estará completado para a sua apropriação proporcional.

- 2ª - receitas de produtos cuja produção é contratada para execução a longo prazo

Em se tratando de empresas industriais que fabricam produtos sob encomenda e cujo prazo de fabricação seja longo, surge a dúvida se devemos esperar a transferência do produto final ao cliente para reconhecer a receita ou se poderíamos reconhecer uma parcela proporcional, no final do período de apuração contábil.

A decisão de se reconhecer a receita proporcionalmente apresenta justificativas, como a de um acionista que se decide retirar da empresa, pois o valor patrimonial da ação estaria subavaliado em virtude do não reconhecimento da receita, apenas porque o produto não tinha sido completado dentro daquele exercício e faltava algum tempo para completá-lo.

Todavia, esse tipo de consideração requer maiores cuidados quando a companhia empreende esforços para a fabricação de vários produtos em vez de apenas um.

A escolha do critério de reconhecimento vai depender muito das características de propriedade. Se se tratar de entidade de natureza familiar, talvez os acionistas não se incomodem de esperar até que os produtos sejam completados para o efetivo reconhecimento da receita. Nesse caso, os custos incorridos seriam ativados.

Para se apurar a receita a ser reconhecida, dividem-se os custos incorridos no período pelos custos estimados totais do produto. O resultado obtido é multiplicado pela receita de venda do produto completado, obtendo-se, desta forma, a receita a ser apropriada. Nesse caso, os custos incorridos passam a ser despesas do exercício.

3ª - reconhecimento da receita antes da transferência por valoração de estoques

Essa situação pode ocorrer quando o processo produtivo apresentar características especiais e o valor de mercado é também determinável, além do risco de cancelamento ser quase nulo.

A título de exemplo, podemos citar: empresas agropecuárias, exploradores de reserva florestal, produtores de vinho, etc..

4ª - reconhecimento da receita após o momento de transferência

A receita reconhecida após o momento de transferência é incomum e ocorre em casos excepcionais, como, por exemplo, o recebimento de um ativo não monetário em troca de uma venda efetuada. Nesse caso, o valor desse ativo não é um valor reconhecido no mercado. O custo do ativo vendido é transferido para o ativo recebido em troca e somente quando esse último for vendido é que reconhecemos o resultado da venda efetuada inicialmente.

Quanto à confrontação das despesas com receitas no mesmo período contábil, é importante frisar que a base de confronto está

relacionada com as receitas reconhecidas, independente do valor recebido ou não, e as despesas incorridas independente, também, saída ou não de recursos.

f. Convenção da objetividade

Esta convenção trata de normas e procedimentos contábeis e tem por finalidade eliminar ou restringir as áreas de liberalismo excessivo dos contadores, na aplicação dos princípios contábeis.

Face a isso, os registros contábeis e as informações contidas nas Demonstrações Contábeis devem ser baseadas em evidências objetivas e claras e, ainda, amparar-se em documentos idôneos.

O conceito de objetividade pode ser enfocado sob três pontos (*):

- "1. sob o ponto de vista da referência a uma documentação formal ou tipo de evidência que suporte o registro e sua avaliação;
2. sob o ponto de vista da tangibilidade do objeto passível de mensuração; e
3. sob o ponto de vista da posição de neutralidade que a contabilidade deve manter."

O primeiro ponto, como já foi explicado, refere-se aos aspectos documentais das transações, que servirão de suporte aos registros contábeis e às normas e procedimentos escritos, aceitas no meio comercial específico.

Quanto ao segundo aspecto, trata-se da preferência de avaliação e registro dos itens patrimoniais tangíveis ou devidamente suportados em direito e obrigações entre as partes.

No que tange ao terceiro item, verifica-se que repousa na afirmativa de que quanto mais objetivo, mais próximo da imparcialidade, em termos de relacionamento contabilidade x proprietário/administradores/investidores.

(*) IUDICIBUS, Sergio de, e outros, Op. Cit. p. 69

É importante dizer que a evidência nem sempre é enfaticamente objetiva. A contabilidade requer frequentemente a utilização de julgamentos subjetivos, tais como as estimativas referentes a eventuais despesas futuras ou prejuízos esperados, como por exemplo, em contas a receber.

Todavia, na estimativa desses eventos, o contador deverá basear-se em fatores objetivos.

Pode-se concluir que a aplicação desse princípio nos casos em que não seja possível a aplicação rigorosa desse conceito, ou seja, nos casos que envolvam aspectos subjetivos, como explicitados anteriormente, dependerá, essencialmente, do bom senso do profissional responsável pelo sistema contábil.

g. Convenção da Materialidade

O conceito de materialidade é muito complexo, pois o que pode ser considerado material para uma pessoa, pode não ter a mesma representatividade para outra, em virtude do volume ou natureza dos dados observados.

A materialidade é examinada sob a ótica de quem prepara as informações contábeis (contador) ou por quem a audita, e sob a ótica dos usuários dessas informações.

Mas é o contador ou o auditor, através de análise criteriosa, que vai determinar que informações são consideradas materiais, e se o conhecimento das mesmas pode ser significativo para os usuários em suas predições ou tomadas de decisões.

Enfocando o assunto pelo ângulo do usuário, pode-se afirmar que, a princípio, qualquer informação contábil que lhe possibilite realizar um seguro julgamento da situação econômico-financeira da empresa e um adequado estabelecimento de tendências é considerada material.

As mudanças de critério contábil podem ou não afetar o conceito de materialidade. Tais mudanças derivam normalmente de: erro contábil, alteração de critérios de estimativa (modificação

no tempo de depreciação de um ativo), mudança na aplicação de um princípio contábil (provocado por troca de uso de método de depreciação).

Se as referidas mudanças alterarem o lucro de uma entidade (para mais ou para menos), ou se de alguma forma puderem influenciar negativamente num eventual processo de análise (retrospectiva ou prospectiva) por parte dos usuários das demonstrações contábeis, tal informação deve ser evidenciada e ressaltado o seu conteúdo material, se houver.

Em virtude das dificuldades na aplicação desse conceito na contabilidade, que exige bom senso e experiência por parte do contador, o ideal seria o estabelecimento pelas empresas de um quadro de referência (manual), de sorte a tornar claro alguns critérios para determinação da materialidade.

A finalidade precípua desse manual é evitar desperdícios de tempo, decorrentes de análise/controle de itens irrelevantes e imateriais, como por exemplo, a ativação ou não de bens de valores insignificantes.

h. Convenção de Conservadorismo

O termo conservadorismo é empregado no sentido geral, segundo o qual os contadores não devem apresentar, nos relatórios e demonstrações contábeis, valores superestimados.

Existem vários argumentos e considerações que são apresentados em favor do conservadorismo. Dentre eles, cabe destacar:

- . por seu intermédio, o pessimismo é desejável na medida em que contrapõe com o otimismo, ou seja, o empresário é naturalmente otimista com sua empresa e, portanto, esse "lado emocional" tende a refletir em seus negócios. Assim, o pessimismo seria um valor capaz de contrabalancear o excesso de otimismo dos proprietários; e
- . a exagerada atribuição de valor e utilidade é mais perigosa para o negócio e seus proprietários do que a subavaliação.

Constata-se, então, que o conceito de prudência assume um valor muito significativo, de forma que a contabilidade deve escolher a menor das avaliações para o ativo e maior para as obrigações.

Ao elaborar as demonstrações contábeis, o contador deve prever as ocorrências de todas as despesas, prejuízos e provisões. De maneira contrária, não deve antecipar as receitas antes que elas sejam efetivamente consideradas como realizadas.

Um bom exemplo para caracterizar o significado desse conceito é a regra do custo ou mercado, o que for menor, em que o estoque é avaliado pelo valor mais baixo.

i. Convenção de Consistência

Constitui-se em procedimento comum, a comparação intertemporal das demonstrações contábeis, realizadas pelos diversos usuários dessas informações para auxiliá-los nos processos de tomada de decisão e no estabelecimento de tendências.

Em decorrência, para a plena validade desse processo de comparabilidade de relatórios contábeis de períodos diferentes, há necessidade de que, na elaboração dos mesmos, os princípios (critérios) contábeis tenham sido aplicados consistentemente.

Nesse contexto, insere-se o princípio de consistência ou uniformidade, uma das normas mais importantes da Contabilidade. Sua característica básica consiste em que, uma vez adotado um determinado critério, dentre outras alternativas igualmente válidas à luz dos princípios contábeis, não deverá ele ser alterado nos relatórios periódicos, salvo se absolutamente necessário, e desde que seja evidenciada esta mudança e os efeitos dela decorrentes nas demonstrações contábeis.

Contudo, como adverte e enfatiza Hendriksen (*): "a restrição da consistência é válida somente quando houver escolha entre dois ou mais procedimentos igualmente válidos e relevantes."

(*) HENDRIKSEN, Eldon S., Op. Cit., p.73.

Apenas a título ilustrativo, suponha-se que uma empresa, em determinado período, resolve mudar o critério de controle e avaliação do estoque do método PEPS para o UEPS. Constata-se a quebra de consistência e o evento e os seus efeitos, se relevantes (materiais), devem ser relatados nas Notas Explicativas que acompanham as peças contábeis.

É importante dizer que o princípio da consistência está, muitas vezes, associado ao princípio da materialidade, conforme exposto no exemplo explicativo retromencionado, onde primeiro se identificou a quebra de consistência para, subsequente, analisar-se a materialidade dos seus efeitos.

A Lei 6.404/76, em seu artigo 177, prescreve o uso do princípio da consistência nas sociedades anônimas, com o seguinte texto:

"A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo..."

QUESTIONÁRIO PARA ATENDER
AO PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA
SOBRE AS ABORDAGENS TEÓRICAS DO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ASSOCIADAS ÀS
EVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS EM FUNÇÃO
DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE ENTIDADES

AUTOR DO PROJETO: CARLOS JOSÉ DE ORNELAS -
MESTRANDO

PROFESSOR ORIENTADOR: AMÉRICO MATHEUS FLORENTINO

1. NOME E FUNÇÃO DO AUTOR DAS PRESPOSTAS

2. NOME DA EMPRESA - RAZÃO SOCIAL

3. INDICAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA E RESPECTIVO CÓDIGO, VALENDO-SE DA ORIENTAÇÃO CONTIDA DO MAJUR - MANUAL DE ORIENTAÇÃO - PESSOA JURÍDICA:

NATUREZA JURÍDICA - TIPO	CÓDIGO	INDICAÇÃO
. FIRMA INDIVIDUAL	00	
. SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01	
. SOCIEDADE POR QUOTA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	02	
. SOCIEDADE DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03	
. SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES	04	
. SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES	05	
. SOCIEDADE CIVIL (COM FINS LUCRATIVOS)	06	
. SOCIEDADE COOPERATIVA	08	
. FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR	09	
. EMPRESA PÚBLICA	10	
. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	11	
. COMPANHIA FECHADA	12	
. COMPANHIA ABERTA	13	
. OUTRAS NATUREZAS JURÍDICAS	14	
. FUNDAÇÃO	15	
. ASSOCIAÇÃO	16	

4. Indicação da atividade principal da empresa e o respectivo código, valendo-se da classificação do imposto de renda. Caso haja mais de uma atividade, indicar a de maior faturamento.

Código de atividade econômica

--	--

5. Considerando os dados do último balanço dessa Empresa, informe (apenas apenas em percentuais) qual a participação atribuída a cada item abaixo mencionado, em relação à receita bruta da Empresa:

		%
RECEITA BRUTA	-	100
FINANCIAMENTO DE LONGO PRAZO (Juros e Encargos)	-	_____
ACIONISTAS ORDINÁRIOS ou SÓCIOS QUOTISTAS	-	_____
ACIONISTAS PREFERENCIAIS	-	_____
GOVERNO FEDERAL (IR e IPI)	-	_____
GOVERNO ESTADUAL (ICM)	-	_____
GOVERNO MUNICIPAL (ISS)	-	_____
DEBENTURISTAS		
EMPREGADOS		
SALDO DE LUCROS RETIDOS:		
Reservas de Lucros (Formação) -		_____
Lucros Acumulados -		_____

6. Considerando que existem diversas teorias contábeis no sentido de aferir o maior ou o menor domínio dos acionistas ordinários ou dos sócios quotistas sobre o montante do Patrimônio Líquido, a seu ver, no caso da sua empresa, qual seria a posição desses acionistas ou sócios:

SIM/NÃO

- | | | |
|--|---|-------|
| a. Domínio absoluto sobre o patrimônio líquido | - | _____ |
| b. Domínio majoritário | - | _____ |
| c. Domínio restrito | - | _____ |

7. O Domínio do Acionista Ordinário ou Sócio Quotista sobre o Patrimônio Líquido das empresas é apresentado e estudado sob o conjunto de teorias de abordagem do Patrimônio Líquido, entre as quais são citadas as seguintes:

- a. TEORIA DO PROPRIETÁRIO (domínio absoluto)
- b. TEORIA DA ENTIDADE (destaque para a empresa)
- c. TEORIA DO FUNDO (capitais segregados para determinados objetivos)
- d. TEORIA DO ACIONISTA ORDINÁRIO (que admite outros tipos de participantes, mas apenas o acionista ordinário recebe resíduos)
- e. TEORIA DO COMANDANTE (destaque especial para a gerência)
- f. TEORIA DO EMPREENDIMENTO (diversos objetivos sob o ponto de vista de interesses diversificados de diferentes grupos sociais)

RESPONDA AO SEGUINTE:

SIM/NÃO

1ª - Já conhecia o enfoque dessas teorias em decorrência de leitura técnica ou aprendizado escolar?

2ª - Já discutiu esse assunto com algum profissional ligado à contabilidade?

3ª - No seu julgamento considera tais teorias úteis para um melhor conhecimento da sua empresa?

4ª - No seu entendimento, manteria as seis teorias descritas?

Reduziria-as?

Ampliaria-as?

5ª - No caso de redução, quais seriam as teorias a serem retiradas?

6ª - No caso de ampliação, quais seriam as teorias a serem acrescentadas?

7ª - Em sua opinião, qual das seis teorias é aplicada à sua empresa?

8. Quais os tipos de pessoas físicas ou jurídicas que têm solicitado informações sobre o conteúdo das demonstrações contábeis da sua empresa, além dos acionistas e Governo?

SIM/NÃO

BANCOS	-	_____
FORNECEDORES	-	_____
FUNCIONÁRIOS	-	_____
CLIENTES	-	_____
PÚBLICO EM GERAL	-	_____

9. Na solicitação das informações relativas ao item anterior, os interessados têm dado ênfase à posição de domínio dos acionistas ordinários ou sócios quotistas sobre o valor do Patrimônio Líquido da Empresa?

10. Caso a resposta do quesito anterior seja afirmativa, que tipo de interesse foi demonstrado pelo solicitante dos dados:

SIM/NÃO

- Participação do acionista ou sócio residente no exterior?	-	_____
- Participação no Patrimônio Líquido da empresa controlada ou coligada?	-	_____

11. As informações são, basicamente, direcionadas para que tipo de usuário quando o contador elabora as demonstrações contábeis:

SIM/NÃO

- PROPRIETÁRIOS (acionistas ordinários
ou sócios quotistas) - _____
- PROPRIETÁRIOS (acionistas preferencia
ais) - _____
- GOVERNO - _____
- CREDORES - _____
- FUNCIONÁRIOS (gerentes) - _____
- CLIENTES - _____
- PÚBLICO EM GERAL - _____

